



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas Anual do Exercício de 2025



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA**

APRESENTAÇÃO

O Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo – TJES apresenta seu Relatório de Gestão – RELGES, em cumprimento ao item 03 do Anexo 05 da Instrução Normativa nº 28, de 26 de Novembro de 2013 e ao item 2.6 do Anexo III da Instrução Normativa nº 68, de 08 de Dezembro de 2020, ambas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Este relatório apresenta os principais resultados dos programas desenvolvidos no âmbito do Poder Judiciário Estadual, na área administrativa, abordando aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial.

As informações disponibilizadas foram consolidadas pela Secretaria-Geral, a partir dos dados enviados pelas unidades executoras.

Vitória, de de 2026.

Desembargadora JANETE VARGAS SIMÕES.

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo - TJES



SUMÁRIO

1. Plano Plurianual de Aplicações	04
2. Planejamento e Gestão Orçamentária.....	07
3. Execução Orçamentária.....	09
4. Planejamento Estratégico.....	15
5. Revisão dos Dados Estatísticos Encaminhados ao CNJ.....	16
6. Ações Realizadas no Exercício de 2025.....	16
6.1 - Escola da Magistratura – EMES.....	16
6.2 - Assessoria de Imprensa e Comunicação Social.....	20
6.3 - Assessoria de Segurança Institucional.....	21
6.4 - Secretaria de Infraestrutura.....	34
6.5 - Secretaria Judiciária.....	42
6.6 - Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Manutenção de Equipamentos.....	49
6.7 - Secretaria de Gestão de Pessoas.....	59
6.8 - Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária.....	67
6.9 - Secretaria de Tecnologia da Informação.....	73
7. Processos – casos novos, sentenças e baixas.....	84
8. Gestão de Precatórios no Exercício de 2025.....	85
9. Considerações Finais.....	87



RELATÓRIO DE GESTÃO 2025

1. PLANO PLURIANUAL DE APLICAÇÕES (2024/2027)

Programa: Justiça Acessível com Solução de Demandas Efetiva, Adequada e em Tempo Razoável.

Objetivo: Assegurar a todos, indistintamente, a solução adequada dos conflitos apresentados à justiça capixaba de forma acessível, célere e efetiva, contribuindo para a promoção da paz social e para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

Público Alvo: Indivíduos e Organizações a Sociedade que buscam a tutela jurisdicional.

Situação: o programa permaneceu sendo executado em conformidade com o planejamento, voltando as suas ações para o cumprimento das metas fixadas. O acompanhamento contínuo da execução da unidade Tribunal de Justiça trouxe resultados dentro do escopo esperado. A execução da unidade FUNEPJ, por sua vez, mostrou margens para crescimento. O ano de 2025 demonstrou com maior precisão as lacunas institucionais para melhoria dos indicadores do programa, especialmente no que diz respeito à produtividade, criando um caminho que deverá ser percorrido nos próximos exercícios financeiros.

Indicadores (resultados 2025):

Taxa de Congestionamento: 71,02% (percentual)

Índice de Produtividade Comparada: 53% (percentual)

Índice de Acesso à Justiça: 1 (nota)

Ações:

→ Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais (unidade orçamentária TJES)

Finalidade: viabilizar remuneração do pessoal ativo da Instituição, bem como a contribuição do Estado para o custeio dos regimes de previdência próprio e complementar.

Tipo: atividade

Produto: pessoal remunerado

Previsão Físico 2025: 3.598 (unidade)

Resultado Físico 2025: 3.524 (unidade)

Execução 2025: 97,94%

Previsão Orçamentária 2025 (final): R\$ 1.099.492.385,00

Execução Orçamentária 2025: R\$ 1.099.371.755,51 (empenhado) / R\$ 1.087.517.605,08 (liquidado)

Execução 2025:

99,99% (empenhado)

98,91% (liquidado)

Situação: ação desenvolvida conforme planejamento inicial, com execução física e financeira próxima aos 100%.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

→ Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remuneração (unidade orçamentária TJES)

Finalidade: assegurar recursos necessários à cobertura de gastos com reestruturação de cargos e carreiras e revisão da remuneração de competência da Instituição.

Tipo: operação especial

Produto: não definido

Previsão Físico 2025: 0

Resultado Físico 2025: 0

Execução 2025: 0%

Previsão Orçamentária 2025 (final): R\$ 1.000,00

Execução Orçamentária 2025: R\$ 0,00

Execução 2025: 0%

Situação: revisão de remuneração de pessoal realizada diretamente pela ação 2029 – Remuneração de Pessoal e Encargos Sociais.

→ Pagamento de Pessoal Decorrente de Provimentos por Meio de Concurso Público (unidade orçamentária TJES)

Finalidade: assegurar recursos necessários à cobertura de gastos com o provimento de cargos públicos por novos servidores aprovados em concurso público.

Tipo: operação especial

Produto: não definido

Previsão Físico 2025: 0

Resultado Físico 2025: 0

Execução 2025: 0%

Previsão Orçamentária 2025 (final): R\$ 1.000,00

Execução Orçamentária 2025: R\$ 0,00

Execução 2025: 0%

Situação: pagamento de pessoal advindo de provimento por meio de concurso público realizado diretamente pela ação 2029 – Remuneração de Pessoal e Encargos Sociais. Concurso Servidores: finalizadas as nomeações das vagas disponíveis em edital. Concurso Magistrados: certame ainda não finalizado.

→ Concessão de Abono a Inativos e Pensionistas (unidade orçamentária TJES)

Finalidade: viabilizar o pagamento de abono estabelecido em lei aos aposentados e pensionistas vinculados ao regime próprio de previdência social e aos que recebem complementação de aposentadorias e pensões vinculados ao Poder Judiciário Estadual.

Tipo: operação especial

Produto: aposentado/pensionista beneficiado

Previsão Físico 2025: 1.424 (unidade)

Resultado Físico 2025: 1.375 (unidade)

Execução 2025: 96,56%

Previsão Orçamentária 2025 (final): R\$ 1.701.000,00

Execução Orçamentária 2025: R\$ 1.617.619,80 (empenhado e liquidado pelo IPAJM via descentralização de crédito orçamentário) - Lei Estadual nº 12.645/2025

Execução 2025: 95,10%

Situação: pagamento do abono a inativos e pensionistas realizado na integralidade.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

→ Valorização e Desenvolvimento de Pessoas (unidade orçamentária TJES)

Finalidade: oferecer a magistrados e servidores as vantagens pecuniárias legalmente previstas e outros benefícios sociais e de saúde, além de propiciar os meios para a contratação de estagiários e para a substituição de mão de obra da Instituição (deve ser proposta alteração da finalidade).

Tipo: atividade

Produto: pessoal beneficiado

Previsão Físico 2025: 6.206 (unidade)

Resultado Físico 2025: 3.733 (unidade)

Execução 2025: 60,15%

Previsão Orçamentária 2025 (final): R\$ 194.431.532,00

Execução Orçamentária 2025: R\$ 194.355.374,90 (empenhado) / R\$ 191.940.280,31 (liquidado)

Execução 2025:

99,96% (empenhado)

98,72% (liquidado)

Situação: ação desenvolvida com execução financeira próxima dos 100%. A execução física foi menor do que a estimativa inicial em virtude da transferência da despesa com estagiários para a ação do FUNEPJ 2078 – Efetividade na Prestação Jurisdicional.

→ Efetividade na Prestação Jurisdicional (unidade orçamentária TJES) – FONTE BID

Finalidade: propiciar recursos essenciais ao cumprimento da atividade jurisdicional com efetividade, buscando celeridade e acessibilidade.

Tipo: atividade

Produto: processo baixado

Previsão Físico 2025: 361.957 (unidade)

Resultado Físico 2025: 443.587 (unidade)

Execução 2025: 122,55%

Previsão Orçamentária 2025 (final): R\$ 20.695.250,00

Execução Orçamentária 2025: R\$ 10.798.156,60 (empenhado) / R\$ 9.279.108,61 (liquidado)

Execução 2025:

52,18% (empenhado)

44,84% (liquidado)

Situação: ação conjugada (TJ – fonte operação de crédito e FUNEPJ – fonte própria de arrecadação). Na unidade TJ a ação iniciou sua execução no mês de agosto de 2025, com os primeiros movimentos da operação de crédito com recursos internacionais (BID). O produto da ação, representado pelo número de processos baixados, apresentou resultado maior do que a meta inicial para o ano de 2025.

→ Efetividade na Prestação Jurisdicional (unidade orçamentária FUNEPJ)

Finalidade: propiciar recursos essenciais ao cumprimento da atividade jurisdicional com efetividade, buscando celeridade e acessibilidade.

Tipo: atividade

Previsão Físico 2025: 361.957 (unidade)

Resultado Físico 2025: 443.587 (unidade)

Execução 2025: 122,55%

Previsão Orçamentária 2025 (final): R\$ 307.255.197,00



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Execução Orçamentária 2025: R\$ 269.734.825,91 (empenhado) + R\$ 651.600,00 (empenhado via descentralização de crédito FAPES) = R\$ 270.386.425,91

R\$ 214.692.976,34 (liquidado) + R\$ 651.600,00 (liquidado via descentralização de crédito FAPES) = R\$ 215.344.576,34

Execução 2025:

88% (empenhado)

70,09% (liquidado)

Situação: ação conjugada (TJ – fonte operação de crédito/BID e FUNEPJ – fonte própria de arrecadação). Na unidade FUNEPJ a ação foi executada conforme o esperado, mas com margens para melhoria. O produto da ação, representado pelo número de processos baixados, apresentou resultado maior do que a meta inicial para o ano de 2025.

Os resultados físicos e financeiros do PPA 2024/2027 estão disponibilizados na página da internet do Tribunal de Justiça, no link “Portal Transparência/Informações Orçamentárias.”

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Seguindo os procedimentos de rotina, o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo consolidou o seu planejamento orçamentário, ano de 2025, baseado nas metas e intenções de despesa definidas pelas áreas estruturantes do Poder e nas demandas individuais de magistrados e servidores, entidades representativas e cidadãos em geral, estas últimas apresentadas em espaço próprio disponibilizado no endereço eletrônico do Tribunal de Justiça, tudo em consonância com o Plano Plurianual de Aplicações 2024/2027.

A proposta orçamentária para o ano de 2025, órgão Poder Judiciário, manteve-se dividida em duas unidades orçamentárias: i) Tribunal de Justiça, cujos recursos são advindos do tesouro estadual e ii) Fundo Especial do Poder Judiciário – FUNEPJ, cuja fonte de arrecadação é própria e direta. Ambas restaram mais uma vez limitadas, em termos de despesa, às estimativas de suas receitas: para a unidade Tribunal de Justiça, a previsão advinda do Poder Executivo para a receita Estadual e sua repartição em tetos/limites; para a unidade Fundo Especial, a previsão de sua própria arrecadação.

À unidade Tribunal de Justiça permaneceram direcionadas as despesas com pessoal e encargos, e as despesas de custeio relativas a benefícios/auxílios, treinamento/capacitação, indenização de transporte (oficiais de justiça), juiz leigo e mediadores/conciliadores.

À unidade Fundo Especial do Poder Judiciário restou subsidiar todas as demais despesas correntes e de capital da Instituição, incluindo-se aquelas relacionadas ao Programa de Residência Jurídica e Estagiários.

Mais uma vez Importante destacar que a obrigação com a Contribuição Previdenciária Complementar (Aporte), de necessário cumprimento para o regular pagamento de inativos e pensionistas do Poder Judiciário, compõe o orçamento do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo – IPAJM, em que pese permanecer incluído na base/teto que limita a despesa orçada pelo Tribunal de Justiça.

Abaixo, o orçamento inicialmente aprovado, os créditos adicionais no decorrer do exercício (suplementações e reduções com influência no total final) e o orçamento autorizado final, unidades



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Tribunal de Justiça, Fundo Especial do Poder Judiciário e IPAJM (contribuição previdenciária complementar):

Unidade Tribunal de Justiça	VALOR
Orçamento Originário (fonte tesouro)	R\$ 1.256.718.743,00
Créditos Adicionais	+ R\$ 38.908.174,00
Orçamento Final (fonte tesouro)	R\$ 1.295.626.917,00

Unidade Tribunal de Justiça	VALOR
Orçamento Originário (fonte BID)	R\$ 20.695.250,00
Créditos Adicionais	R\$ 0,00
Orçamento Final (fonte BID)	R\$ 20.695.250,00

Unidade Fundo Especial	VALOR
Orçamento Originário (fonte própria)	R\$ 288.531.400,00
Créditos Adicionais	+ R\$ 18.723.797,00
Orçamento Final (fonte própria)	R\$ 307.255.197,00

IPAJM – Contribuição Previdenciária Complementar / Aporte	VALOR
Orçamento Originário (fonte tesouro)	R\$ 285.667.781,00
Créditos Adicionais	+ R\$ 8.000.000,00
Orçamento Final (fonte tesouro)	R\$ 293.667.781,00

Os movimentos de suplementação/anulação orçamentária foram os seguintes:

TJ:

Decreto 1369-S, de 30/06/2025, no valor de suplementação R\$ 21.908.174,00 – recursos de superávit financeiro do Poder Executivo, visando acrescentar ao orçamento recursos para a natureza de despesa pessoal.

Decreto 1770-S, de 13/08/2025, no valor de suplementação de R\$ 25.000.000,00 – recursos de superávit financeiro do Poder Executivo, visando acrescentar ao orçamento recursos para as naturezas de despesa pessoal (R\$ 13.100.000,00) e outras despesas correntes (R\$ 11.900.000,00).

Decreto 2745-S, de 15/12/2025, no valor anulação de R\$ 8.000.000,00 – recursos destinados à complementação do Aporte (natureza de despesa pessoal).



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

FUNE PJ:

Decreto 1668-S, de 31/07/2025, no valor de suplementação R\$ 18.723.797,00 – recursos de superávit financeiro da própria unidade FUNEPJ, visando acrescentar ao orçamento recursos para as naturezas de despesa capital (R\$ 8.120.168,00) e outras despesas correntes (R\$ 10.603.629,00).

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. UNIDADE TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Fonte Tesouro)

3.1.1. DESPESA

→ POR CATEGORIA DE DESPESA

CATEGORIA DE DESPESA	AUTORIZADO FINAL (A)	VALOR EMPENHADO (B)	% (B/A)
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 1.099.494.385,00	R\$ 1.099.371.755,51	99,99%
Pessoal e Encargos Sociais - Abono Inativos e Pensionistas*	R\$ 1.701.000,00	R\$ 1.617.619,80	95,10%
Outras Despesas Correntes	R\$ 194.431.532,00	R\$ 194.355.374,90	99,96%
TOTAL	R\$ 1.295.626.917,00	R\$ 1.295.344.750,21	99,98%

* executados pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do ES

→ POR PLANO ORÇAMENTÁRIO (Fonte Tesouro)

PLANO ORÇAMENTÁRIO	AUTORIZADO FINAL	VALOR EMPENHADO	%
Capacitação e Treinamento (inclusive instrutor interno e TI)	R\$ 1.971.295,55	R\$ 1.971.295,55	100%
Juizados Cíveis e Criminais (Juiz Leigo)	R\$ 5.712.912,48	R\$ 5.712.912,48	100%
Folha Magistrados (Pessoal)	R\$ 307.676.117,66	R\$ 307.676.117,66	100%
Folha Magistrados (Custeio)	R\$ 23.290.809,64	R\$ 23.290.809,64	100%
Folha Servidores – Regime Geral (Pessoal)	R\$ 111.424.693,42	R\$ 111.424.693,42	100%
Folha Servidores – Regime Geral (Custeio)	R\$ 25.898.655,92	R\$ 25.898.655,92	100%



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Folha Servidores – Regime Próprio (Pessoal)	R\$ 680.229.870,25	R\$ 680.109.241,00	99,98%
Folha Servidores – Regime Próprio (Custeio)	R\$ 136.759.801,24	R\$ 136.683.644,14	99,94%
Gestão de Pessoas Auxílio Transporte	R\$ 9.297,60	R\$ 9.297,60	100%
Auxílio Alimentação Policiais Militares à Disposição do TJES	R\$ 505.957,31	R\$ 505.957,31	100%
NUPEMEC Mediação e Conciliação	R\$ 444.505,93	R\$ 444.505,93	100%
Abono Inativos e Pensionistas *	R\$ 1.701.000,00	R\$ 1.617.619,80	95,10%
Ações de Pessoal Obrigatórias	2.000,00	R\$ 0,00	0,00%
TOTAL	R\$ 1.295.626.917,00	R\$ 1.295.344.750,21	99,98%

* executados pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do ES

Do total efetivo de despesa empenhada, **R\$ 14.318.400,84** foram registrados em Restos a Pagar, dependentes, portanto, de concretização real do gasto no decorrer do ano de 2026:

CATEGORIA DE DESPESA	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 11.854.150,43
Outras Despesas de Custeio	R\$ 2.415.094,59
TOTAL	R\$ 14.269.245,02

CATEGORIA DE DESPESA	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 37.693,34
Outras Despesas de Custeio	R\$ 11.462,48
TOTAL	R\$ 49.155,82

3.2. UNIDADE TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Fonte BID)

3.2.1. DESPESA

→ POR CATEGORIA DE DESPESA

CATEGORIA DE DESPESA	AUTORIZADO FINAL (A)	VALOR EMPENHADO (B)	% (B/A)
Outras Despesas Correntes	R\$ 7.012.902,00	R\$ 2.892.337,66	41,24%



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Despesas de Capital	R\$ 13.682.348,00	R\$ 7.905.818,94	57,78%
TOTAL	R\$ 20.695.250,00	R\$ 10.798.156,00	52,18%

Do total efetivo de despesa empenhada, **R\$ 1.783.789,99** foram registrados em Restos a Pagar, dependentes, portanto, de concretização real do gasto no decorrer do ano de 2026:

CATEGORIA DE DESPESA	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS
Outras Despesas Correntes	R\$ 1.216.561,05
Despesas de Capital	R\$ 302.486,94
TOTAL	R\$ 1.519.047,99

CATEGORIA DE DESPESA	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Outras Despesas Correntes	R\$ 0,00
Despesas de Capital	R\$ 264.742,00
TOTAL	R\$ 264.742,00

3.3. UNIDADE FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO - FUNEPJ (Fonte Própria)

3.3.1. RECEITA

A Previsão inicial de arrecadação da unidade FUNEPJ, que deu subsídio e contrapartida à despesa originalmente proposta e consolidada em orçamento, foi de R\$ 288.531.400,00. Abaixo, a efetiva execução da arrecadação ano 2025:

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	REALIZADO	DIFERENÇA
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1 - Taxas de Insp, Controle e Fiscal. 2 – Emolum.e Custas 3 – Taxas Jud.	R\$ 143.911.000,00	R\$ 160.768.738,80	+ R\$ 16.857.738,80
Receita Patrimonial	1 – Aluguéis e Arrendamentos 2 – Remuneração de Depósitos Bancários	R\$ 29.716.000,00	R\$ 60.580.659,94	+ R\$ 30.864.659,94
Receita de Serviços	1 - Serviços Administrativos e Comerciais	R\$ 2.507.900,00	R\$ 2.752.443,47	+ 244.543,47



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

	Gerais 2 – Inscrição em Concursos e Processos Seletivos 3 – Serviços de Reg., Certif. e Fiscalização			
Outras Receitas Correntes	1 - Multas Legais 2 – Multas e Juros Contratuais 3 - Outras Restituições 4 – Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela RFB	R\$ 110.696.500,00	R\$ 174.189.538,56	+ R\$ 63.493.038,56
Receitas de Capital	1 – Alienação de Bens Móveis	R\$ 1.700.000,00	R\$ 1.867.050,90	+ R\$ 167.050,90
TOTAL		R\$ 288.531.400,00	R\$ 400.158.431,67	+ R\$ 111.627.031,67

A diferença na arrecadação, ao final positiva, pode ser explicada em quase sua totalidade:

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria:

custas judiciais e 10% sobre os serviços de inspeção, controle e fiscalização extrajudicial (arrecadação maior em aproximados R\$ 16,8 milhões comparativamente ao projetado).

Patrimonial:

remuneração de depósitos bancários/aplicação financeira diretamente proporcional ao volume de recursos em caixa e crescente conforme a taxa selic (arrecadação maior em aproximados R\$ 30,9 milhões comparativamente ao projetado).

Outras Receitas Correntes:

remuneração dos depósitos judiciais/*spread* bancário crescente conforme taxa selic (arrecadação maior em aproximados R\$ 48,6 milhões comparativamente ao projetado).

superávit extrajudicial/arrecadação dos cartórios extraoficiais acima das despesas operacionais arrecadação maior em aproximados R\$ 15,1 milhões comparativamente ao projetado).



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

A execução da despesa do FUNEPJ ocorreu nos seguintes montantes e percentuais:

3.3.2. DESPESA

→ POR CATEGORIA DE DESPESA

CATEGORIA DE DESPESA	AUTORIZADO FINAL (A)	VALOR EMPENHADO (B)	% (B/A)
Outras Despesas Correntes	R\$ 283.231.226,00	R\$ 252.941.795,45	89,31%
Outras Despesas Correntes – Descentralização *	R\$ 651.600,00	R\$ 651.600,00	100%
Despesas de Capital	R\$ 23.372.371,00	R\$ 16.793.030,46	71,85%
TOTAL	R\$ 307.255.197,00	R\$ 270.386.425,91	88%

* executados pelo Fundo Especial de Ciência e Tecnologia via descentralização orçamentária.

→ POR PLANO ORÇAMENTÁRIO

PLANO ORÇAMENTÁRIO	AUTORIZADO FINAL	VALOR EMPENHADO	%
Comunicação	R\$ 367.564,56	R\$ 81.106,32	22,07%
Deslocamentos (Diárias e Passagens)	R\$ 4.172.217,85	R\$ 4.104.199,08	98,37%
Engenharia	R\$ 71.478.663,00	R\$ 60.322.722,86	84,39%
Estagiários	R\$ 28.019.221,00	R\$ 25.538.017,43	91,14%
Eventos Institucionais	R\$ 298.000,00	R\$ 180.247,76	60,49%
Financeiro (apoio às atividades administrativas)	R\$ 1.824.654,23	R\$ 1.732.428,57	94,95%
Gestão de Pessoas	R\$ 21.691.736,20	R\$ 13.739.854,79	63,34%
Gestão Documental	R\$ 24.910.146,44	R\$ 23.389.313,58	93,89%



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Infraestrutura	R\$ 68.423.335,37	R\$ 66.579.884,56	97,31%
Segurança Institucional	R\$ 35.779.514,00	R\$ 32.894.481,68	91,94%
Tecnologia da Informação	R\$ 45.924.138,80	R\$ 41.032.789,41	89,35%
Tecnologia da Informação (descentralização)*	R\$ 651.600,00	R\$ 651.600,00	100%
Hospedagens	R\$ 207.800,00	R\$ 139.779,87	67,27%
Não Definido (capital)	R\$ 3.506.605,55	R\$ 0,00	0,00%
TOTAL	R\$ 307.255.197,00	R\$ 270.386.425,91	88%

* executados pelo Fundo Especial de Ciência e Tecnologia via descentralização orçamentária.

Do total efetivo de despesa empenhada, **R\$ 56.225.129,22 foram registrados em Restos a Pagar**, dependentes, portanto, de concretização real do gasto no decorrer do ano de 2026:

→ RESTOS A PAGAR - POR CATEGORIA DE DESPESA

CATEGORIA DE DESPESA	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
Outras Despesas Correntes	R\$ 987.943,60	R\$ 48.179.280,90	R\$ 49.167.224,50
Despesas de Capital	R\$ 195.336,05	R\$ 6.862.568,67	R\$ 7.057.904,72
Total	R\$ 1.183.279,65	R\$ 55.041.849,57	R\$ 56.225.129,22
% Total Empenhado	0,44%	20,36%	20,79%

→ RESTOS A PAGAR - POR PLANO ORÇAMENTÁRIO

PLANO ORÇAMENTÁRIO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL	% SOBRE TOTAL EMPENHADO
Comunicação	R\$ 0,00	R\$ 57.689,34	R\$ 7.805,25	71,13%



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Deslocamentos (Diárias e Passagens)	R\$ 4.847,30	R\$ 123.367,40	R\$ 128.214,70	3,12%
Engenharia	R\$ 942.071,60	R\$ 21.042.140,64	R\$ 21.984.212,24	36,44%
Eventos Institucionais	R\$ 1.438,24	R\$ 25.942,05	R\$ 27.380,29	15,19%
Financeiro (apoio às atividades administrativas)	R\$ 0,00	R\$ 458.732,18	R\$ 458.732,18	26,48%
Gestão de Pessoas	R\$ 0,00	R\$ 1.580.741,99	R\$ 1.580.741,99	11,50%
Gestão Documental	R\$ 2.660,20	R\$ 1.905.656,08	R\$ 1.908.316,28	8,16%
Infraestrutura	R\$ 232.126,28	R\$ 10.199.350,65	R\$ 10.431.476,93	15,67%
Segurança Institucional	R\$ 0,01	R\$ 2.513.303,35	R\$ 2.513.303,36	7,64%
Tecnologia da Informação	R\$ 136,02	R\$ 17.119.887,07	R\$ 17.120.023,09	41,72%
Hospedagens	R\$ 0,00	R\$ 15.038,82	R\$ 15.038,82	10,76%
TOTAL	R\$ 1.183.279,65	R\$ 55.041.849,57	R\$ 56.225.129,22	20,79%

4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

No ano de 2025, as atividades relacionadas com o Planejamento Estratégico prosseguiram, mantendo foco nas ações decorrentes das iniciativas estratégicas e a apresentação regular dos relatórios de acompanhamento disponíveis.

Os dados relativos ao Planejamento Estratégico estão disponíveis no link <https://www.tjes.jus.br/portal-transparencia/gestao/planejamento-2/2021-2026/>



5. REVISÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS

O Núcleo de Dados e Estatística no âmbito do TJES, órgão vinculado à Presidência, foi criado pelo Ato Normativo nº 250/2024 com o objetivo de coordenar e aprimorar a análise de dados no TJ, visando consolidar informações sobre produtividade e metas institucionais, com a respectiva divulgação dos dados, a fim de promover a transparência e o acompanhamento eficaz dos resultados institucionais.

O Núcleo possui ainda como uma de suas atribuições desenvolver e manter uma base de dados unificada e assegurar a acessibilidade, a integridade e a segurança dos dados armazenados, conforme as diretrizes de governança de dados.

6. AÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2025

6.1 ESCOLA DA MAGISTRATURA – EMES

A Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo (EMES), vinculada ao Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES), desempenha papel estratégico na formação inicial e continuada de magistrados e servidores do Poder Judiciário capixaba. Em 2025, a atuação da Escola esteve alinhada às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) e às prioridades institucionais da Presidência do TJES.

O exercício de 2025 foi especialmente significativo por marcar os **40 anos de criação da EMES**, ocasião em que a Escola consolidou avanços acadêmicos, estruturais e tecnológicos, reafirmando seu compromisso com a excelência da prestação jurisdicional.

Compete à EMES planejar, coordenar, executar e avaliar ações de formação, aperfeiçoamento e atualização profissional destinadas a magistrados e servidores do PJES, bem como promover eventos acadêmicos, científicos e institucionais de interesse do Judiciário.

As ações formativas contemplaram cursos presenciais, remotos síncronos e a distância, com uso intensivo de tecnologias educacionais, ampliando o alcance das capacitações e racionalizando recursos públicos.

No biênio 2024/2025, a EMES esteve sob a Direção do Desembargador Júlio César Costa de Oliveira. A Coordenação Acadêmica foi exercida conjuntamente pelos Juízes de Direito Maria Izabel Pereira de Azevedo Altoé e Gustavo Henrique Procópio Silva, este último sucedendo o Juiz de Direito Anselmo



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Laghi Laranja, cuja atuação anterior contribuiu para a consolidação das diretrizes pedagógicas, da organização curricular e do alinhamento da Escola às políticas de formação judicial.

A Coordenação Administrativa esteve a cargo de Lorryne Serafim Moro, responsável pela gestão técnico-operacional, administrativa e de apoio às atividades acadêmicas da EMES.

Em 2025, a EMES registrou crescimento expressivo em sua atuação acadêmica e institucional. Até novembro, foram ofertados **232 cursos e eventos**, totalizando **5.854 participações**, entre magistrados, servidores e público externo.

Esse desempenho reflete a ampliação da oferta formativa, a diversificação temática e o fortalecimento da Escola como polo de capacitação e difusão do conhecimento jurídico.

6.1.1 AÇÕES REALIZADAS EM 2025

→ Destaque Institucional – Prêmio William Couto

No exercício de 2025, a EMES obteve pontuação de destaque no Prêmio William Couto, premiação instituída no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, voltada ao reconhecimento de boas práticas e iniciativas institucionais relevantes.

O resultado alcançado evidencia a qualidade, o alcance e a consistência das ações formativas desenvolvidas pela Escola ao longo do período avaliado, reforçando sua relevância no contexto interno do TJES e seu alinhamento às diretrizes estratégicas da Administração.

→ Seminário Internacional

Entre os principais eventos de 2025, destaca-se o Congresso Internacional “Repensando as Garantias Fundamentais do Processo entre Eficiência Judiciária e Tutela dos Direitos”, realizado no Salão Pleno do TJES, entre 2 e 4 de abril de 2025.

O evento reuniu palestrantes nacionais e internacionais e contou com expressiva participação de magistrados, servidores, acadêmicos e operadores do Direito, consolidando a EMES como espaço de reflexão jurídica qualificada e de projeção internacional.

→ Ações Formativas e Temáticas Estratégicas

A EMES promoveu cursos e eventos em áreas prioritárias, como:



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA**

- Formação inicial e continuada de magistrados e servidores;
- Formação de formadores;
- Justiça Restaurativa e Cultura de Paz;
- Judicialização da Saúde;
- Equidade de Gênero e Racial;
- Inovação, Inteligência Artificial e Transformação Digital;
- Cooperação Judiciária.

As capacitações atenderam demandas institucionais e exigências normativas do CNJ.

→ Aniversário de 40 Anos da EMES

Em comemoração aos 40 anos da EMES, foi realizado um ciclo comemorativo que incluiu eventos acadêmicos, homenagens institucionais, ações formativas especiais e iniciativas de fortalecimento da identidade institucional da Escola.

As comemorações simbolizaram a trajetória de contribuição da EMES para o Judiciário capixaba e projetaram novos desafios para o futuro.

→ Melhoria e Ampliação dos Espaços Físicos

Em 2025, a EMES promoveu significativa melhoria e ampliação de seus espaços físicos, com destaque para:

- Inauguração de novo auditório, com infraestrutura moderna;
- Modernização dos ambientes de ensino;
- Adequação de espaços para transmissões híbridas e gravação de conteúdos.

Essas melhorias ampliaram a capacidade operacional da Escola e qualificaram a experiência acadêmica.

→ Investimento em Tecnologia e Inovação

A Escola realizou investimentos relevantes em equipamentos tecnológicos, incluindo painéis de LED, sistemas audiovisuais e infraestrutura para produção de conteúdos educacionais.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Destaca-se o lançamento do sistema Educa EMES, plataforma própria de gestão acadêmica destinada à organização, acompanhamento e certificação das ações formativas.

→ Edifício-Sede Próprio da EMES

Entre os avanços institucionais mais relevantes, destaca-se a perspectiva de implantação de edifício-sede próprio para a EMES, iniciativa estratégica que visa conferir maior autonomia administrativa, identidade institucional e melhores condições de funcionamento à Escola.

O projeto do edifício-sede representa investimento estrutural de longo prazo na formação judicial.

→ Parcerias Institucionais

A EMES realizou eventos e ações formativas em parceria com diversas instituições, entre as quais: CNJ, ENFAM, CEAJUD, COPEDEM, ESESP, universidades e escolas judiciais de outros tribunais, fortalecendo a cooperação interinstitucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Relatório de Gestão de 2025 evidencia a consolidação da EMES como instituição estratégica do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo. Os resultados alcançados ao longo do exercício refletem planejamento, compromisso institucional e fortalecimento contínuo da política de formação judicial.

Destacam-se, entre outros aspectos, a expressiva ampliação da oferta formativa, o reconhecimento institucional por meio do Prêmio William Couto, a realização de evento internacional de grande porte, as comemorações alusivas aos 40 anos da Escola, os investimentos em infraestrutura física e tecnológica e a perspectiva de implantação de edifício-sede próprio.

Esses avanços demonstram o amadurecimento institucional da EMES e sua capacidade de responder às demandas contemporâneas da magistratura e dos servidores, contribuindo para o aprimoramento da prestação jurisdicional.

A Escola encerra o exercício de 2025 fortalecida, com bases sólidas para a continuidade e expansão de suas ações estratégicas nos exercícios subsequentes.



6.2 ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Assessoria de Imprensa e Comunicação Social (AICS) do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) é a ponte que conecta a Justiça estadual ao cidadão capixaba. Cumprindo as atribuições estabelecidas no artigo 22 da Resolução nº 75/2011 do TJES e na Meta Nacional do CNJ de fortalecer a relação institucional com a sociedade, transformamos o trabalho da Justiça em informação acessível, transparente e relevante para todos.

6.2.1 AÇÕES REALIZADAS EM 2025

→ Informação e Transparência

587 Notícias Publicadas: Demos publicidade aos atos do Judiciário, destacando avanços em tecnologia, inteligência artificial, prêmios, eventos e, principalmente, as ações concentradas contra a violência doméstica e as iniciativas em todo o estado.

Cobertura Abrangente: Foram 67 coberturas fotográficas de eventos e 609 demandas de jornalistas (do ES e de outros estados) atendidas, garantindo que os grandes julgamentos, decisões e dados estatísticos chegassem à imprensa com agilidade e precisão.

→ Presença Digital

Alcance nas Redes Sociais: Com 360 postagens no feed e 748 stories no Instagram e Facebook, levamos notícias diárias, campanhas de conscientização e serviços de interesse público diretamente ao celular de 32.800 seguidores.

Conteúdo Multimídia: Produzimos 242 vídeos dinâmicos sobre campanhas e projetos, entre os anos de 2024 e de 2025, e o nosso podcast, o Just Talk, disponibilizou 18 programas no Spotify durante o mesmo período, desmistificando temas jurídicos como Adoção Tardia, Mediação, Estelionato Sentimental e Mudança de Nome, de forma simples e descomplicada.

→ Comunicação Estratégica e Visual

Identidade Visual: Desenvolvemos 231 peças gráficas (virtuais e impressas) para a identidade visual de campanhas e eventos, incluindo a criação do novo layout do ônibus da Lei Maria da Penha e a nova logo do TJES, garantindo uma comunicação coesa e profissional.

Agilidade: Mantivemos o público interno e externo informados com agilidade, por meio de Pop-ups para comunicados urgentes no site e 27 boletins eletrônicos personalizados "Última Hora".

Acessibilidade: Para melhorar a acessibilidade às informações do PJES e promover a inclusão de pessoas com deficiência foi efetivada a contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços de tradução/interpretação de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e de audiodescrição, para vídeos produzidos pela AICS e veiculados nas redes sociais e Youtube.



→ O Novo Site Institucional

Inovação na Vitrine: A inovação da AICS se estende à sua principal vitrine com o lançamento do Novo Site Institucional. Projetado em conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação, este portal moderno e intuitivo foi projetado para oferecer uma experiência de navegação superior, garantindo ainda mais agilidade, transparência e facilidade de acesso à informação judicial para toda a sociedade capixaba, refletindo o compromisso do Judiciário com a tecnologia e o cidadão.

→ Foco na Comunicação Interna com a Nova Intranet

Intranet: Em 2025 lançamos um canal interno moderno com matérias informativas, cursos, campanhas e um espaço dedicado a celebrar as histórias de magistrados e servidores, o "Queremos te ver aqui". Também dispõe de ferramentas para auxiliar na organização do fluxo de trabalho dos usuários.

6.3 ASSESSORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

À Assessoria de Segurança Institucional (ASI) compete realizar a segurança das instalações, bem como controlar o acesso de pessoas e veículos, em todos os prédios utilizados pelo Poder Judiciário, dentre outras atribuições, conforme prevê o art. 24, da Resolução TJES nº. 075/2011.





6.3.1. AÇÕES REALIZADAS EM 2025

→ Projetos de Solução de Videomonitoramento

- **Objeto:** Contratação de empresa especializada para a elaboração de projetos executivos de videomonitoramento.
- **Finalidade:** Elaborar projetos executivos a fim de padronizar e modernizar o sistema de videomonitoramento em todas as unidades do Poder Judiciário. A finalidade foi suprir a carência de equipamentos em alguns prédios e substituir tecnologias obsoletas em outros, fortalecendo a proteção do patrimônio e a segurança de magistrados, servidores e cidadãos. A iniciativa também garantiu a base para a integração e escalabilidade futura dos sistemas.
- **Justificativa:** A contratação fundamenta-se na imperiosa necessidade de adequação à Resolução CNJ nº 435/2021 frente ao recrudescimento da criminalidade. A obsolescência e a inexistência de cobertura em diversas unidades geravam vulnerabilidade institucional, comprometendo a capacidade de prevenção e resposta a incidentes. A elaboração de projetos técnicos padronizados foi, portanto, essencial para superar essas lacunas, assegurando soluções integradas e aderentes às melhores práticas para a proteção do patrimônio e da integridade física dos usuários.

→ Sistema de Videoportaria para Gabinetes

- **Objeto:** Aquisição e instalação de sistemas de videoportaria para os novos gabinetes do Tribunal de Justiça.
- **Finalidade:** Expandir um modelo de segurança de eficácia já comprovada em outras áreas do TJES, reforçando a proteção de magistrados e servidores diante dos riscos inerentes à atividade jurisdicional.
- **Justificativa:** A contratação decorre da exposição dos magistrados a riscos elevados, agravados pela atuação da Justiça Criminal no combate a facções e delitos de alta periculosidade. A medida visa dar cumprimento à Resolução CNJ nº 435/2021, mitigando ameaças e atentados contra membros e instalações do Poder Judiciário.

→ Solução de Videowall

- **Objeto:** Aquisição de solução de videowall para modernização da infraestrutura tecnológica de ambientes de reunião.
- **Finalidade:** Modernizar a infraestrutura tecnológica de ambientes de reunião com a aquisição de uma solução de videowall. A finalidade foi aprimorar a qualidade e a eficiência das deliberações, permitindo a exibição simultânea e em alta definição de diversas fontes de informação, como sistemas processuais, videoconferências e documentos. A nova tecnologia favoreceu a comunicação e a tomada de decisões, além de ter contribuído para a transparência e a acessibilidade das atividades institucionais.
- **Justificativa:** A contratação fundamenta-se na necessidade de adequar a infraestrutura tecnológica presente às crescentes demandas por reuniões e audiências de alta complexidade. A solução visa superar limitações operacionais anteriores, garantindo um ambiente funcional e integrado que suporte a visualização simultânea de dados críticos, requisito indispensável para a eficiência, transparência e celeridade das atividades institucionais.



→ **Manutenção do Parque Tecnológico de Segurança**

- **Objeto:** Contratação de serviços de assistência técnica (manutenção preventiva, atendimento especializado) para equipamentos de segurança e operação do Tribunal de Justiça.
- **Finalidade:** Assegurar a plena operacionalidade e a contínua disponibilidade de todo o parque tecnológico de equipamentos de segurança do Poder Judiciário. Esta medida é essencial para garantir a proteção de magistrados, servidores, do público e do patrimônio institucional em todas as unidades. A manutenção constante é, portanto, fundamental para a continuidade e eficácia das operações de segurança, em alinhamento com o Planejamento Estratégico do PJES.
- **Justificativa:** A contratação é imprescindível para garantir a continuidade dos serviços de segurança eletrônica, essenciais ao cumprimento da Resolução CNJ nº 435/2021 e alinhados ao Planejamento Estratégico do PJES. O funcionamento ininterrupto do sistema mitiga a escassez de efetivo próprio, permitindo a fiscalização remota de postos de vigilância e o atendimento a requisições investigativas. A terceirização justifica-se pela insuficiência de quadro técnico interno para manutenção de alta complexidade.

6.3.2. AÇÕES EM ANDAMENTO

→ **Equipamentos e Peças para Reposição de Sistemas de CFTV**

- **Objeto:** Contratação de fornecimento contínuo de peças e equipamentos para a infraestrutura de CFTV do PJES.
- **Finalidade:** Garantir a segurança de magistrados e servidores frente às mudanças no perfil da criminalidade e cumprir a Resolução CNJ nº 435/2021, viabilizando a reposição de peças para um sistema de videomonitoramento envelhecido e parcialmente inoperante, uma vez que o contrato atual cobre apenas mão de obra e não permite a substituição necessária de componentes para manter a continuidade do serviço e a proteção institucional.
- **Fase Atual:** Aguardando homologação da licitação
- **Previsão de Assinatura:** Primeiro trimestre de 2026

→ **Serviços de Contraineligência e Varredura**

- **Objeto:** Prestação de serviços de contraineligência (varredura eletrônica, inspeção física e análise telefônica) no Edifício Sede e unidades da Grande Vitória.
- **Finalidade:** Contratar serviços especializados de contraineligência, incluindo varredura eletrônica e inspeções físicas, para ambientes estratégicos do Tribunal de Justiça. A finalidade principal é proteger informações sigilosas e assegurar a integridade das comunicações, neutralizando ameaças como espionagem e vazamento de dados. A medida é fundamental para preservar o sigilo de decisões e operações judiciais sensíveis, garantindo a segurança de magistrados e a confiança pública na administração da justiça.
- **Fase Atual:** Aguardando assinatura do contrato
- **Previsão de Assinatura:** Primeiro bimestre de 2026

→ **Monitoramento de Alarmes e Locação de Equipamentos**

- **Objeto:** Contratação de serviço de locação de equipamentos e monitoramento de sistemas de alarmes 24h por dia, 7 dias por semana, nas Unidades Judiciárias.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

- **Finalidade:** Ampliar a segurança das unidades judiciárias para um regime de proteção integral (24 horas), complementando a vigilância presencial que atua durante o expediente. A finalidade é mitigar riscos de intrusão, vandalismo e furto por meio de um sistema de alarme monitorado. Adicionalmente, a contratação viabiliza uma otimização dos recursos de segurança, permitindo a reavaliação e a potencial redução de postos de vigilância armada noturna, mantendo um serviço de eficácia já comprovada na proteção patrimonial do Poder Judiciário.
- **Fase Atual:** Aguardando realização de Pregão Eletrônico
- **Previsão de Assinatura do Contrato:** Primeiro semestre de 2026

→ **Fiscalização Administrativa de Contratos Terceirizados**

- **Objeto:** Prestação de serviços especializados nas áreas contábil e administrativa para assistência à fiscalização de contratos com dedicação exclusiva de mão de obra (DEMO).
- **Finalidade:** Mitigar os riscos de responsabilização do Estado por obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes dos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra (DEMO). A finalidade é implementar uma fiscalização especializada e eficiente para garantir o cumprimento das exigências legais pelas empresas contratadas, resultando em maior segurança jurídica para o ordenador de despesas. A iniciativa visa também otimizar a gestão administrativa, reduzindo a sobrecarga de trabalho dos servidores e alinhando o TJES às melhores práticas de governança e gestão de riscos contratuais.
- **Fase Atual:** Readequação do Termo de Referência
- **Previsão de Assinatura do Contrato:** Segundo semestre de 2026

6.4 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

A Secretaria de Infraestrutura é a unidade administrativa responsável pelas atividades referentes à aquisição (pesquisas de mercado, licitações e contratações diretas), controle, fornecimento e logística de materiais de consumo e permanentes; dos serviços de apoio (recebimento e expedição de correspondências); dos serviços de transporte; dos serviços de limpeza e copeiragem; dos serviços de telefonistas; dentre outros.

Cabe ainda à Secretaria, a coordenação das metas e diretrizes propostas pela Administração do Poder Judiciário, o acompanhamento da execução do seu orçamento, organizando os planos de trabalho e cronogramas para a realização das atividades de sua competência e zelando pelo cumprimento dos prazos estipulados, dentre outras atribuições elencadas na Resolução TJES nº 75/2011.

É a estrutura da Secretaria de Infraestrutura:



A **Coordenadoria de Compras, Licitação e Contratos** é responsável pela instrução de pesquisa de preços e preparação de documentos da fase externa dos processos das contratações de aquisições de materiais e equipamentos e de serviços realizando licitações e contratações diretas (dispensas e inexigibilidades de licitação), bem como as atividades correlatas.

A Coordenadoria também apoia a Comissão Permanente de Licitação (CPL) no processamento das licitações realizadas nas modalidades concorrência e leilão e também orienta seus membros sempre quando solicitado.

Em contratações diretas o Coordenador verifica a compatibilidade da solicitação, por meio de manifestação fundamentada, com base no artigo 72 da Lei nº 14.133/2021.

Compete à Coordenadoria, apresentar o orçamento mais vantajoso em contratações diretas; controlar banco de dados contendo informações de fornecedores interessados em trabalhar com o Poder Judiciário; manter atualizadas as informações relativas à contratação direta, nos termos do art. 75 e incisos I e II da Lei nº 14.133/2021; auxiliar a Seção de Contratação e Seção de Compras; acompanhar o cadastro de empresas declaradas inidôneas ou suspensas pelo Poder Público e a relação de empresas sancionadas pelo TJ; auxiliar na coordenação e na elaboração de projeto básico relacionado à sua área de atribuição; gerir os contratos referentes às atividades sob sua responsabilidade; informar ao superior hierárquico qualquer irregularidade relacionada às Seções.

A **Coordenadoria de Compras, Licitação e Contratos** se divide em:

- **Seção de Compras:** que tem a atribuição de realizar a pesquisa de preço de mercado para as aquisições/contratações e Registro de Preços, com a consequente elaboração de planilha com preços referenciais; a instrução e formalização das contratações diretas, seja por dispensa ou inexigibilidade, inclusive locação/aquisição de imóveis, realizando a devida negociação dos valores, quando necessário, com a juntada de toda a documentação das empresas e dos imóveis, bem como o gerenciamento dos contratos e atas de competência da própria Seção.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

- **Seção de Contratação:** que compete a elaboração de editais de licitações e as minutas de contratos, aditivos, Atas de Registro de Preços, Chamamentos Públicos e Convênios (exceto relacionados a pessoal); elaboração e publicação no Diário da Justiça e em Jornal de grande circulação de: avisos de licitação, avisos de homologação, avisos de contratação direta (inexigibilidade e dispensa), avisos de anulação/suspensão de licitações, resumos de Contratos/Atas de RP/Aditivos/Convênios/Rescisões; lançamento das informações acerca das contratações no sistema CidadES do TCEES; a alimentação do Portal da Transparência com as informações relativas às licitações concluídas, Atas de Registro de Preços, Chamamentos Públicos e celebração de contratos/convênios/instrumentos congêneres; o gerenciamento do procedimento administrativo relacionado às adesões e caronas à Atas de Registro de Preços; elaboração de relatórios bimestrais acerca de todas as licitações e contratações diretas realizadas; Inserção de penalidades às empresas Contratadas no sistema Compras.net, CEIS da AGU e na Intranet; constante atualização das minutas de Editais conforme recomendações recebidas de: Assessoria Jurídica, CNJ, TCU, TCEES, Governo do Estado, Jurisprudências, etc; apoio aos Pregoeiros e à Comissão Permanente de Licitação; eventual auxílio à Seção de Compras em processos de cotação de preço; atuação através de seus servidores como integrante administrativo em procedimentos de contratação da área de TI; além de outras atribuições.
- **Seção de Controle de Contratos e Convênios:** manter o controle de contratos, convênios (exceto de pessoal) e concessões de uso de lanchonete e restaurantes no que concerne a prazos, reajustes e sanções administrativas; efetuar e/ou conferir cálculos (reajuste, repactuação, reequilíbrio, multa, contingenciamento, etc.) dos contratos, respeitado o índice previsto contratualmente; solicitar garantias, conforme previsto contratualmente; emitir relatórios diversos no que tange a contratos e convênios; contatar as empresas/fornecedores objetivando a assinatura dos contratos; informar ao superior hierárquico qualquer irregularidade relacionada à Seção; observar e acompanhar atualização das normas (leis, resoluções, atos normativos, entre outros) vigente quando da realização de suas atribuições.

A **Coordenadoria de Serviços Gerais** possui como atribuições o planejamento, coordenação, controle e supervisão dos projetos e serviços inerentes à área de transporte; a conservação e limpeza das instalações do Poder Judiciário e outros serviços de apoio como mensageria, reprografia, telefonista, chaveiro, carimbos, copa e cozinha, água mineral, visando proporcionar aos servidores, magistrados e jurisdicionados um ambiente adequado, fazendo assim, que seus trabalhos tenham um resultado mais eficaz. Divide-se em:

- Compete à **Seção de Transporte** o controle e supervisão dos projetos inerentes à área; realizar vistorias periódicas em veículos; programar manutenções preventivas; fazer controle diário de veículos e motoristas; gerenciar a distribuição da frota e abastecimento dos veículos, dentre outras.
- À **Seção de Zeladoria**, por sua vez, dentre as atribuições previstas na Resolução nº 075/2011 deste Poder, coordena os serviços de limpeza geral das edificações do Poder Judiciário Estadual, incluindo pátio externo, jardim, estacionamento e outros; coordena os serviços de telefonistas; controla a distribuição de chaves; realiza a coleta do lixo; controla a agenda das salas de sessões; zela pela manutenção das dependências das copas; controla a reposição de água mineral; realiza o controle de utilização de copiadoras, nas Centrais de cópias.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

A **Coordenadoria de Suprimento e Controle Patrimonial**, composta pela Seção de Material de Consumo e Seção de Patrimônio, tem como missão assegurar o fornecimento de materiais de consumo e permanentes, necessários ao funcionamento das unidades organizacionais do Poder Judiciário do Espírito Santo, oferecendo condições para a prestação jurisdicional, bem como coordenar e supervisionar a gestão de bens móveis (fornecimentos, movimentações, doações e leilões), visando à efetiva organização e controle. Divide-se em:

- **Seção de Material de Consumo:** compete operacionalizar os procedimentos de abastecimento de material de consumo por meio da realização de compra, recebimento, estocagem e distribuição; receber, conferir, cadastrar, armazenar, distribuir e dar baixa no material de consumo; controlar a reposição do estoque; atender as solicitações formuladas via requisição de material online (e-GAP); realizar visita técnica às Comarcas, quando necessário, para desenvolvimento dos trabalhos; gerir as atas de registro de preços dos bens de consumo; desenvolver demais atividades correlatas.
- **Seção de Patrimônio:** compete manter arquivada documentação dos bens imóveis utilizados pelo Poder Judiciário Estadual, emitindo “Termo de Responsabilidade” aos ocupantes de imóvel utilizado pelo Poder Judiciário Estadual; elaborar projeto básico e/ou termo de referência, bem como gerenciar contrato de aquisição e/ou ata de registro de preços de bens permanentes, exceto equipamentos de informática; controlar solicitação de material permanente integrante de ata de registro de preço; realizar visita técnica às Comarcas, quando necessário, para desenvolvimento dos trabalhos; tramitar os processos de doação e acompanhar os processos de leilão de bens móveis comuns e veículos automotores; desenvolver demais atividades correlatas previstas na Resolução nº 75/2011 deste Poder Judiciário.

6.4.1 AÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2025

Coordenadoria de Suprimento e Controle Patrimonial (CSCP)

FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO (ALMOXARIFADO)
--

A migração do processo judicial em papel para o processo judicial eletrônico (PJe) está reduzindo o consumo de alguns materiais fornecidos pela CSCP.

Conforme gráfico abaixo, foram **ATENDIDAS 4.400 requisições de bens de consumo em 2025:**



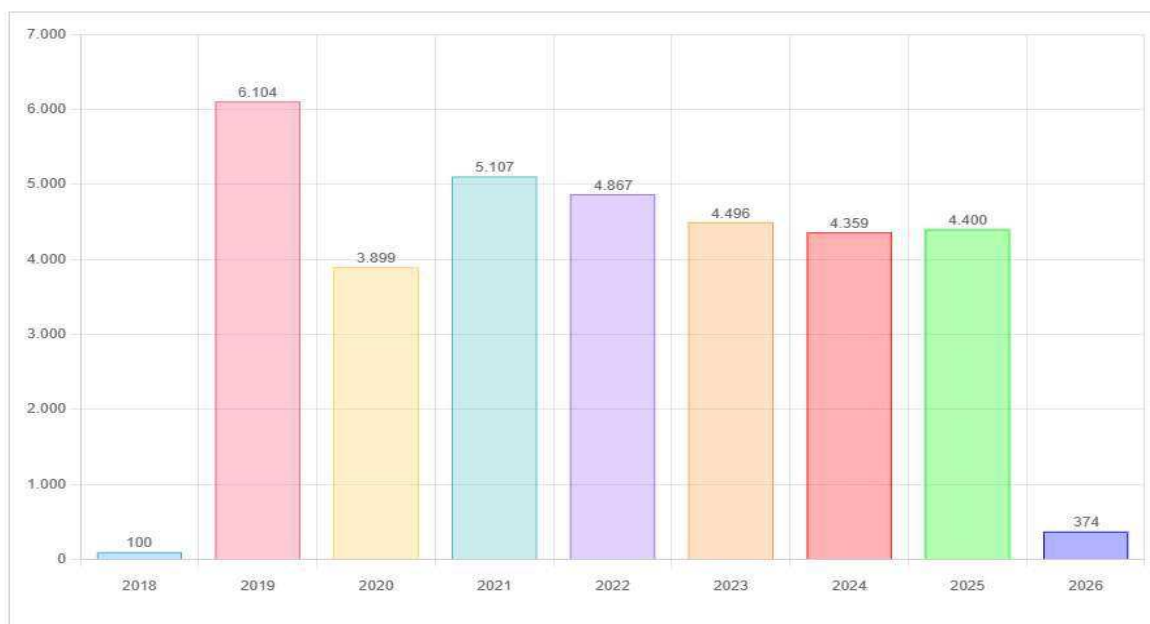
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Total de Requisições de Bens de Consumo Atendidas por Ano

Requisições de Bens ▾

☒ Barra

☐ Linha



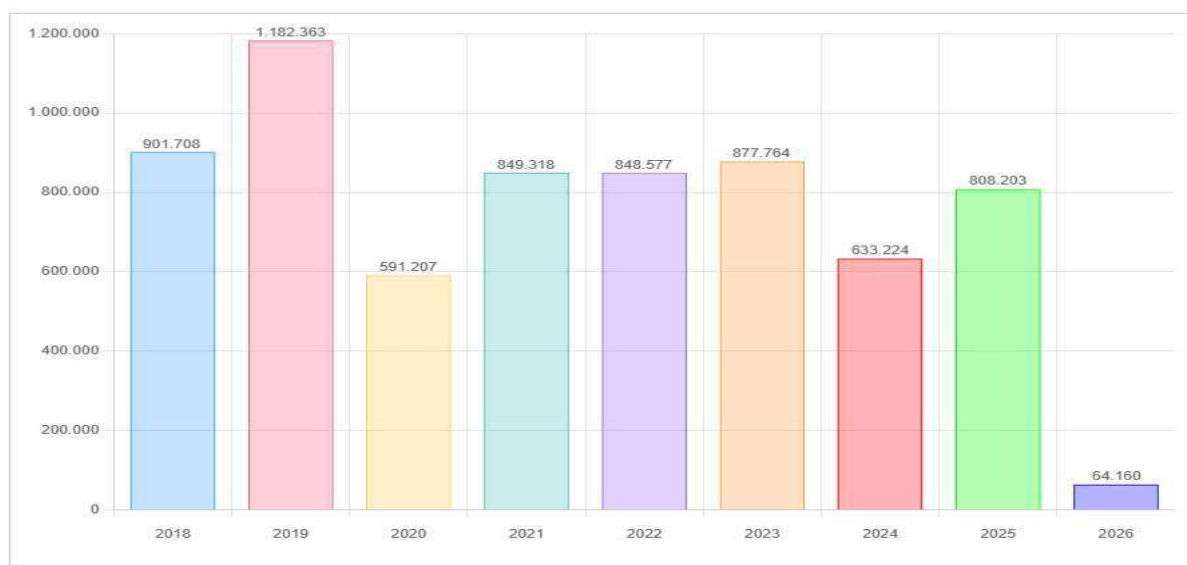
E foram **FORNECIDOS 808.203** materiais diversos de Almoxarifado em 2025:

Total de Materiais de Consumo Fornecidos pelo Almoxarifado por Ano

Materiais de Consumo ▾

☒ Barra

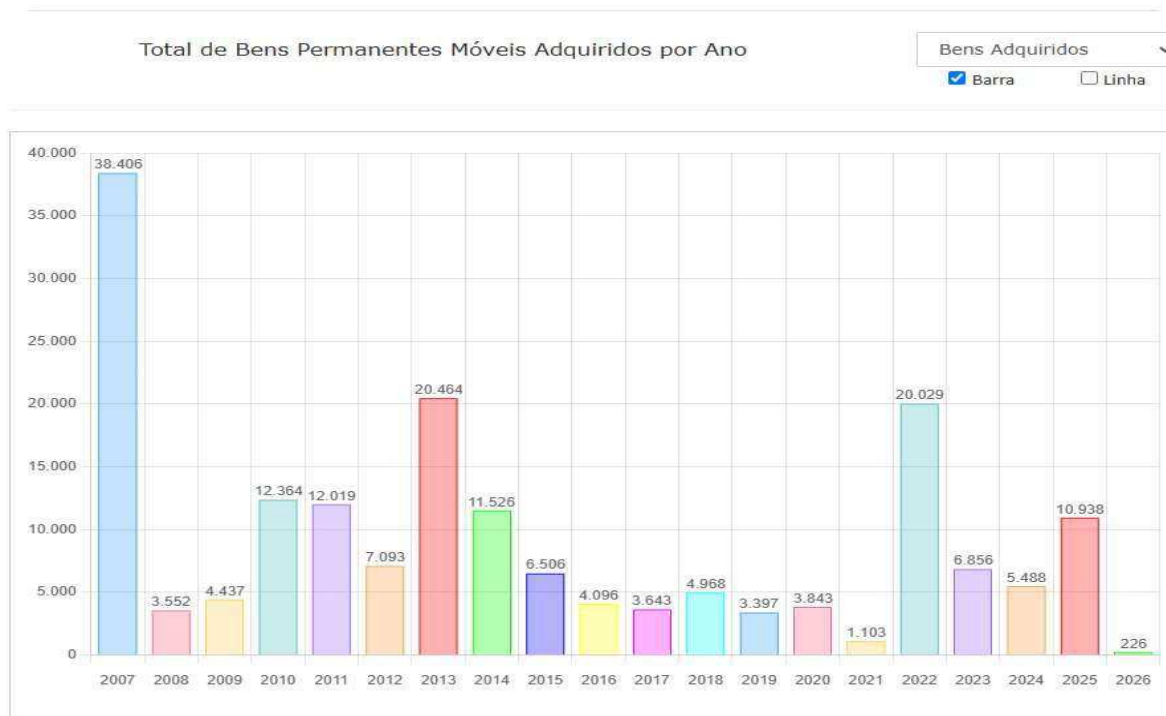
☐ Linha





AQUISIÇÃO DE NOVOS MATERIAIS PERMANENTES (PATRIMÔNIO)

Conforme gráfico abaixo, foram **ADQUIRIDOS 10.938 bens permanentes em 2025:**



VOLUME DE MOVIMENTAÇÕES DE BENS PERMANENTES - FORNECIMENTO DE MATERIAIS NOVOS E USADOS, LOGÍSTICA ENTRE SETORES, INVENTÁRIOS PERIÓDICOS E ATUALIZAÇÃO DE CARGA PATRIMONIAL

Conforme gráfico abaixo, foram **MOVIMENTADOS 205.323 bens patrimoniais em 2025:**





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

LEILÃO DE BENS PATRIMONIAIS

Em 2025 realizados três leilões de bens móveis em desuso e inservíveis, com arrecadação total de **R\$ 1.850.550,00 (um milhão, oitocentos e cinquenta mil, quinhentos e cinquenta reais)**:

- Processo SEI TJES nº 7009416-34.2024.8.08.0000 – R\$ 499.350,00.
- Processo SEI TJES nº 7001101-80.2025.8.08.0000 – R\$ 1.117.800,00.
- Processo SEI TJES nº 7006483-54.2025.8.08.0000 – R\$ 233.400,00.

Conforme gráfico abaixo, **BAIXAMOS 10.768 bens patrimoniais em 2025**:



INVENTÁRIO ANUAL DE BENS PATRIMONIAIS

No inventário de bens patrimoniais de 2025 foram **LOCALIZADOS 116.444 bens e NÃO LOCALIZADOS 1.967 bens** (gráfico abaixo). Foram autuados processos de diligências formais para localização de todos os bens ou responsabilização dos detentores da carga patrimonial, para eventual ressarcimento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA



GESTÃO DE ATAS E CONTRATOS

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE CONTRATADA EM 2022	QUANTIDADE CONTRATADA EM 2023	QUANTIDADE CONTRATADA EM 2024	QUANTIDADE CONTRATADA EM 2025
Seção de Material de Consumo	98 atas de RP1 compra pontual1 convênio (SEJUS)	77 atas de RP1 contrato de almoxarifados e artífices	75 atas de RP1 contrato de almoxarifados e artífices	31 atas de RP1 contrato de almoxarifados e artífices
Seção de Patrimônio	50 atas de RP 2 contratos de leiloeiros públicos oficiais	59 atas de RP2 contratos de leiloeiros públicos oficiais	69 atas de RP2 contratos de leiloeiros públicos oficiais	33 atas de RP2 contratos de leiloeiros públicos oficiais
TOTAL	152 instrumentos contratuais	139 instrumentos contratuais	147 instrumentos contratuais	67 instrumentos contratuais

COMISSÕES ESPECIAIS DE TRABALHO

- Comissão Permanente de Inventário – Ato nº 838/2023 da Presidência, publicado no e-Diário de 22/06/2023. Presidente: Gustavo Gonçalves Biazzi;
- Comissão de Avaliação e Alienação de Bens Móveis – Ato nº 435/2018 da Presidência, publicado no e-Diário de 08/10/2018. Presidente: Marcos Calasans Silva;
- Comissão de Recebimento Provisório de Bens Doados pelo CNJ ao TJES – Ato nº 257/2021 da Presidência, publicado no e-Diário de 27/07/2021. Presidente: Mauro de Souza Tristão.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

NORMAS DO PJES UTILIZADAS NO CONTROLE PATRIMONIAL

NORMA	DATA DA PUBLICAÇÃO: RESUMO DO ASSUNTO
Resolução nº 75/2011	e-Diário de 13/12/2011: novas competências dos setores administrativos do TJES.
Resolução nº 20/2018	e-Diário de 28/06/2018: altera os artigos 61, 69 e 111 (bens imóveis) da Resolução nº 75/2011.
Ato Normativo nº 103/2012	e-Diário de 13/09/2012: metodologia de avaliação e reconhecimento de bens inservíveis no PJES.
Ato Normativo nº 70/2018	e-Diário de 05/04/2018: atividades do inventário e movimentação de bens no Patrimônio Online.
Ato Normativo nº 75/2018	e-Diário de 11/04/2018: validação do termo de responsabilidade eletrônico com login e senha.
Ato Normativo nº 163/2018	e-Diário de 08/10/2018: pedido eletrônico de bens permanentes centralizados no Patrimônio Online.
Ato Normativo nº 205/2018	e-Diário de 07/11/2018: depreciação, amortização e metodologia patrimoniais e contábeis do PJES.
Ato Normativo nº 116/2019	e-Diário de 21/08/2019: assinatura eletrônica do termo de responsabilidade de bem imóvel.
Ato Normativo nº 102/2020	e-Diário de 21/10/2020: responsabilidade sobre a guarda de bens permanentes em áreas comuns do TJES.
Ato Normativo nº 010/2021	e-Diário de 19/02/2021: assinatura dos termos de responsabilidade pendentes ou bloqueio de pedidos.
Ato Normativo nº 157/2022	e-Diário de 04/10/2022: dispõe sobre o inventário online dos bens móveis permanentes do PJES.
Ato Normativo nº 270/2022	e-Diário de 07/12/2022: altera o artigo 21º do Ato Normativo nº 205/2018 (bens de consumo duráveis).
NP TJES Nº 04.01	disponível na intranet: avaliação e baixa de bens móveis.
NP TJES Nº 04.02	disponível na intranet: elaboração de inventários periódicos.
NP TJES Nº 04.03	disponível na intranet: escrituração, registro e cessão de imóveis utilizados.
NP TJES Nº 04.04	disponível na intranet: pagamento de tributos relativos a imóveis utilizados.
NP TJES Nº 04.05	disponível na intranet: controle de materiais de consumo.
NP TJES Nº 04.06	disponível na intranet: rotinas de gestão dos materiais de patrimônio.



OUTRAS AÇÕES RELEVANTES

ESTUDO DE VIABILIDADE DA IMPLANTAÇÃO DO ALMOXARIFADO VIRTUAL: estudo de custos para análise da Administração e decisão sobre a implantação dos serviços de outsourcing para operação de almoxarifado virtual (processo SEI nº 7011253-27.2024.8.08.0000).

Coordenadoria de Serviços Gerais

A Coordenadoria de Serviços Gerais, conforme Resolução nº 075/2011 do TJES, possui como atribuição a coordenação e o planejamento de serviços referentes à Seção de Transportes e à Seção de Zeladoria, dentre eles, a coordenação, o controle e a supervisão dos projetos e serviços referentes à aquisição, locação, manutenção, seguro, limpeza e insumos de veículos, controle das atividades referentes aos seguros destinados à cobertura dos veículos integrantes da frota; gerenciamento dos contratos de serviços de apoio e zeladoria, tais como limpeza e conservação, mensageria, reprografia, chaveiro, carimbos, copa e cozinha, paisagismo, copiadora, telefonia, energia, água; gerenciamento das atividades de recebimento e expedição de correspondência, de serviço de apoio, copa e cozinha, limpeza e conservação das instalações do Poder Judiciário; coordenação das atividades relativas a serviços de transporte de servidor e de material, de frota de veículos e das despesas fixas (ex.: água, luz, telefone fixo e móvel, gás) do Poder Judiciário, de recebimento e expedição de correspondências diversas, além da supervisão e operacionalização do sistema de som do edifício-sede do TJES.

A Coordenadoria de Serviços Gerais possui duas Seções de apoio: de Transporte e de Zeladoria.

Seção de Zeladoria

A Seção de Zeladoria, no exercício de 2025, desempenhou atividades essenciais voltadas à manutenção, conservação, organização e apoio operacional das unidades do Poder Judiciário, abrangendo os edifícios da Sede, Greenwich e todas as comarcas do Estado, em 1ª e 2ª instâncias.

As principais ações desenvolvidas no período foram as seguintes:

→ Serviços de Dedetização e Controle de Pragas

Atendimento e agendamento de solicitações de dedetização extraordinárias, além daquelas já previstas no cronograma semestral contratual, incluindo serviços específicos de descupinização e desratização, conforme demandas pontuais apresentadas pelas unidades.



→ Limpezas Especializadas

Solicitação, acompanhamento e fiscalização de limpezas de fossas; agendamento e coordenação de limpezas de fachadas de todas as comarcas do Estado e da Grande Vitória, quando solicitadas, abrangendo prédios de 1ª e 2ª instâncias; organização e execução de limpezas pós-obras, assegurando condições adequadas de uso dos espaços; planejamento e realização de mutirões de limpeza, a exemplo dos efetuados no Arquivo Geral, entre outros setores.

→ Identificação Visual e Sinalização

Solicitação e aquisição de adesivos de identificação, destinados a placas de salas de sessão, corredores do edifício-sede, identificação de portas de salas e demais ambientes, contribuindo para a organização e acessibilidade dos espaços.

→ Manutenção Predial

Abertura de chamados para atendimento de manutenção corretiva, nos edifícios SEDE e Greenwich tais como: Reparo de canos quebrados e pias com vazamento; Troca de lâmpadas; Instalação de tomadas elétricas; entre outras demandas necessárias à preservação da infraestrutura predial, dentre outras solicitações.

→ Gestão de Bens Patrimoniais das Áreas Comuns

Pedido de bens ao Patrimônio para substituição e controle de itens das áreas comuns, incluindo bebedouros, longarinas, bem como todos os bens das salas de sessão e áreas comuns dos edifícios SEDE e Greenwich, cuja responsabilidade é atribuída a esta Coordenadoria.

→ Controle de Bens de Consumo

Gestão, solicitação e controle de bens de consumo, tais como papel higiênico, papel toalha, café, entre outros, destinados aos edifícios do TJ, Corregedoria e Greenwich, garantindo o abastecimento contínuo e adequado.

→ Utensílios e Apoio às Unidades Judiciárias

Controle, aquisição e distribuição de utensílios (xícaras de café e chá, pratos, entre outros) para atendimento às comarcas de todo o Estado e para Tribunal Sede, assegurando suporte às atividades institucionais.

Seção de Transportes



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

FROTA DE VEÍCULOS

A Seção de Transportes contou em 2025 com 75 (setenta e cinco) veículos próprios e cedidos, sendo 03 veículos cedidos pela PMES. A frota também conta com 77 (setenta e sete) veículos pertencentes à empresa terceirizada, que foi contratada, sob o regime de locação, para disponibilizar veículos visando aos deslocamentos dos serventuários da Justiça e de seus colaboradores, bem como para o transporte de materiais e equipamentos destinados às diversas unidades do Poder Judiciário.

O SETOR DE LOGÍSTICA DA SEÇÃO DE TRANSPORTES OPERA TODAS AS MOVIMENTAÇÕES DE CARGAS ENTRE AS UNIDADES DO PJES.

Função	Quantidade
Motoristas caminhão	02
Motoristas ônibus	02
Motoristas vans	02
Ajudantes de carga	14
Servidores	0
Estagiárias	01

→ Metodologia operacional:

Rotas pré-definidas para movimentações regulares (recorrentes) com base nas necessidades de entregas do Almoxarifado e Patrimônio, maiores movimentadores de cargas da estrutura.

As unidades são divididas em regiões geográficas e as rotas são estabelecidas visando à maximização de ganho, com a redução de quilometragem.

DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES POR REGIÃO									
REGIÃO 1		REGIÃO 2		REGIÃO 3		REGIÃO 4		REGIÃO 5	
UNIDADE	SIGLA	UNIDADE	SIGLA	UNIDADE	SIGLA	UNIDADE	SIGLA	UNIDADE	SIGLA
VITORIA	VIX	FUNDÃO	FUN	IBIRACU	IBR	GUARAPARI	GUA	DOMINGOS MARTINS	DM
VILA VELHA	VV	ARACRUZ	ARA	JOÃO NEIVA	JNV	ALFREDO CHAVES	ACH	MARECHAL FLORIANO	MAL
CARIACICA	CAR	LINHARES	LIN	COLATINA	COL	ICONHA	ICO	CONCEIÇÃO DO CASTELO	CCT
VIANA	VIA	RIO BANANAL	RBN	SÃO DOMINGOS DO NORTE	SDN	ANCHIETA	ANC	IBATIBA	IBA
SERRA	SER	JAGUARÉ	JGR	AGUIA BRANCA	ABR	PIUMA	PIU	IUNA	IUN
		SÃO MATEUS	SM	BARRA DE SÃO FRANCISCO	BSF	MARATAIZES	MTZ	IBITIRAMA	IBT
		CONCEIÇÃO DA BARRA	CBR	AGUA DOCE DO NORTE	ADN	ITAPEMIRIM	ITP	ALEGRE	ALG
		PEDRO CANÁRIO	PCN	ECOPORANGA	ECO	RIO NOVO DO SUL	RNS	MUNIZ FREIRE	MFR
		MONTANHA	MON	ALTO RIO NOVO	ARN	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	CIT	JERÔNIMO MONTEIRO	JMT
		MUCURICI	MUC	MANTENOPOLIS	MTN	VARGEM ALTA	VGA	GUACUI	GCI
		PINHETOS	PIN	PANCAS	PAN	CASTELO	CST	DORES DO RIO PRETO	DRP
		BOA ESPERANÇA	BOA	BAIXO GUANDU	BGD	VENDA NOVA DO INIGRANTE	VNI	SÃO JOSÉ DO CALÇADO	SIC
		NOVA VENEZIA	NVC	ITAGUAÇU	ITG	AFONSO CLAUDIO	AFC	BOM JESUS DO NORTE	BJN
		SÃO GABRIEL DA PALHA	SGP	ITARANA	ITR	LARANJA DA TERRA	LDT	APIACA	APC
		MARILANDIA	MLR	SANTA TERESA	STR	SANTA MARIA DE JETIBA	SMJ	MIMOSO DO SUL	MDS
						SANTA LEOPOLDINA	SUP	MUQUÍ	MQI
								ATILIO VIVACQUA	AVQ
								PRESIDENTE KENNEDY	PKN



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Com rotas definidas, a Logística implementou um calendário de atendimento ao longo do ano, o que permite melhor organização para as unidades, além da consolidação de cargas, ou seja, um mesmo veículo entrega e recolhe bens de setores diversos (STI, CSCP, CSG, SECRENGE etc..) em sistema milk run. Dessa forma Logística consegue ordenar a melhor alocação de recursos.

As movimentações da Logística não estão limitadas apenas às interunidades. Responde também pelas movimentações internas e atípicas (entre locações das unidades e dentro das mesmas).

→ Movimentações Regulares em 2025

Regiões (bens de consumo - Comarcas do Interior):

64 pontos de entrega atendidos em 10 ciclos mensais (média)

Grande Vitória (bens de consumo)

22 pontos de entrega atendidos 43 ciclos semanais (média)

Eficiência (solicitações x entregas) 100%

→ Continuidade na movimentação para digitalização de processos:

A logística continua tendo um papel fundamental no processo de digitalização do PJES, uma vez que é a responsável pelo transporte dos processos físicos das unidades judiciárias do PJES, para a central de digitalização, e vice-versa.

→ Mudanças de Fóruns, Setores e Arquivos:

Edifício Greenwich Tower

Em 2025, a logística continuou realizando a movimentação de diversos setores que se mudaram para o prédio novo: Secretaria de Gestão de Pessoas, UCP, Coordenadoria de Precatórios, Coordenadoria dos Juizados Especiais, Coordenadoria da Infância e Juventude, NAPES, bem como os gabinetes das varas da Fazenda Pública de Vitória/ES

→ Movimentações internas nas comarcas de:

Serra, Guarapari, Cariacica, Viana, Vila Velha e Vitória.

TJES:

Movimentações em gabinetes.

Mudanças de diversos Gabinetes, em virtude de aposentadorias e reformas.

Movimentações internas de setores.

→ Outras demandas:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Atendimentos relativos a mudanças de Arquivos, quando solicitadas pela Coordenadoria de Gestão da Informação Documentação, principalmente as mudanças de Guarapari e Aracruz;
Atendimentos com o ônibus Lei Maria da Penha nas comarcas da Grande Vitória e interior,
atendimentos com o ônibus Juizado Itinerante em mutirões de diversas comarcas.

MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA EM 2025

CONTRATOS	POSTOS DE TRABALHO CONTRATADOS
Motoristas, Ajudantes e Controladores de Tráfego	121
Limpeza em todo Poder Judiciário	217
Copeiragem	71
Telefonistas	02

Em 2025 houve um término do contrato de telefonistas, e realizada nova contratação com 02 postos, considerando a atualização dos serviços, a modernização dos equipamentos e o cenário atual dos meios de comunicação.

OUTRAS AÇÕES IMPLEMENTADAS

- Foi aberto novo processo de contratação de serviços de limpeza (Processo SEI 7010154-22.2024.8.08.0000), tendo em vista que o Contrato CF018/2021 tem como vigência final junho de 2026. Em dezembro de 2025, o processo estava em fase final de elaboração do Termo de Referência.
- Em 2025, a pedido da Presidência, foram realizadas reuniões visando a redução do valor do contrato de mensageria, resultando numa redução de aproximadamente 30% do valor da contratação, mas mantendo a mesma qualidade e eficiência dos serviços. O valor antes da revisão era de R\$555.829,70 mensais. O valor negociado caiu para R\$ 407.165,57 mensais (quatrocentos e sete mil cento e sessenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), sendo implementado a partir de 05 de fevereiro de 2025.
- Realização de aditivo no contrato de copeiragem e garçons (7004482-04.2022.8.08.0000), acrescentando ao contrato originário dois postos de garçom e um posto de copeiro, todos em regime de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, a serem disponibilizados no prédio-sede do Tribunal de Justiça, bem como um posto de copeiro em regime de 25 (vinte e cinco) horas semanais para atendimento da demanda do Colegiado Recursal, no Edifício Enseada Tower.
- Realização do contrato de prestação de serviços comuns de telefonistas, com dedicação exclusiva de mão de obra, para atividade de transbordo das ligações telefônicas de todo Poder



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Judiciário do Espírito Santo (7001213-49.2025.8.08.0000). A referida contratação ocorreu no contexto de modernização do sistema de telefonia do PJES, tendo em vista que o contrato de prestação de serviços de Telefonistas, no CF071/2020, encerrado em 20/11/2025 foi substituído por uma Solução Centralizada de Voz IP, com estrutura de comunicações unificadas e PABX Virtual em nuvem (contratação SEI 7002606-09.2025.8.08.0000).

- Realização da contratação de empresa especializada em serviços de jardinagem para execução de jardins internos e parte da área verde externa do edifício-sede do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (contratação SEI 7010770-94.2024.8.08.0000). A referida contratação teve como objetivo recompor e recuperar quatro áreas de jardim interno e parte do jardim externo a fim de prover, através da reforma desses espaços indicados, um ambiente mais humanizado e organizado, produzindo um clima positivo, gerando sensação de bem-estar e contribuindo para a qualidade de vida do público interno e valorização estética da edificação.
- Realização da contratação de empresa, com dedicação exclusiva de mão de obra e prestação de serviços sob demanda, especializada em serviços de assessoria e suporte técnico para a operação, monitoramento, gravação e transmissão das sessões de julgamento e eventos do prédio sede do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (contratação SEI 7003769-24.2025.8.08.0000). A referida contratação foi necessária para suprir uma lacuna operacional existente e garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados pelo Poder Judiciário. Trata-se, portanto, de uma medida estratégica para assegurar o pleno exercício da função jurisdicional e o fortalecimento da comunicação institucional, alinhada aos princípios da administração pública e às exigências normativas de publicidade e eficiência.
- Realização de ata de registro de preços objetivando eventual aquisição de materiais de sonorização, para atender demandas do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (SEI 7007122-09.2024.8.08.0000).

Coordenadoria de Compras, Licitação e Contratos

No ano de 2025, as atividades realizadas pela **Seção de Compras**, de pesquisa de preços de mercado para fins licitatórios, análises de vantajosidade e procedimentos pertinentes para contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação e negociações de locação de imóveis, totalizaram 201 (duzentos e um) processos/expedientes.

A unidade, em razão de ser o primeiro contato direto com o mercado (futuros e pretensos contratados), consegue detectar como o mercado está trabalhando com determinado objeto e, conseqüentemente, orientar e sugerir às unidades demandantes melhores formas de contratação.

Vale ressaltar que a Seção de Compras também é demandada para apoiar e orientar o planejamento de contratação de diversas unidades administrativas.

Acrescente-se ainda que a unidade também, sempre que solicitada, auxilia a Seção de Contratação e a Coordenadoria de Compras, Licitação e Contratos, bem como dá o suporte necessário na pesquisa, estudos e elaboração das Normas de Procedimentos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

A seguir, tabela correspondente que demonstra o fluxo de processos e expedientes concluídos na **Seção de Compras** durante o exercício referido:

NORMA	ASSUNTO	QUANTIDADE
NP nº 01.01	Licitação	97
NP nº 01.02	Dispensa e inexigibilidade de licitação (exceto incisos I, II e VIII, do art. 75 da Lei nº 14.133/2021)	174
NP nº 01.03	Dispensa de licitação (incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021)	1
NP nº 01.04	Contratação por registro de preços (execução da ARP)	53
NP nº 01.05	Contratação emergencial (inciso VIII do art. 75 da Lei nº 14.133/2021)	2
NP nº 01.06	Aditivo contratual/Apostilamento	130
NP nº 10.01	Curso Capacitação (Part. de Servidores em Eventos de Capacitação)	04
TOTAL DE PROCESSOS/EXPEDIENTES:		461

Ainda tramitaram na Seção de Compras para cotação de preços, processos referentes a ressarcimento de valores a empresas detentoras de contratos de manutenção com reposição de peças. Para estes processos, aplica-se, normalmente, a NP 01.01, por analogia.

Notas:

- No PJ/ES, as Normas de Procedimentos aplicáveis aos trabalhos da Secretaria de Infraestrutura estão reunidas em **Sistema de Compras, Licitações, Contratos, Convênios (exceto de pessoal) e instrumentos congêneres, disponíveis na intranet (<http://www.tjes.jus.br/publicacoes/normas-de-procedimentos-intranet/>);**
- Instrução normativa 65/2021 de 07 de julho de 2021:
<https://www.gov.br/plataformamaisbrasil/pt-br/legislacao-geral/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-65-de-7-de-julho-de-2021>.
- O preço estimado, a metodologia utilizada pela Seção para elaboração da Planilha de Preço Referencial (NP 01) com resultados da pesquisa de preços de mercado é a Estatística Descritiva com utilização da distribuição normal da probabilidade para a determinação do campo de arbítrio. O indicador estatístico empregado na validação do *preço referencial* é o *Coefficiente de Variação (CV)*, que exprime a dispersão dos preços utilizados no cálculo, em relação ao seu valor médio. A literatura estatística sugere um CV de até 25%. Assim, se $CV \leq 25\%$ o preço referencial será a *média*. Se $CV > 25\%$, o preço de referência será a *mediana* dos valores apresentados. Assim, alguns itens podem ter seus preços referenciais calculados pela *média* e outros pela *mediana*.
- As dispensas decorrentes de contratação de cursos/instrutores processadas pela NP 10.01 NP e 09.01 estão contabilizadas na NP 01.02. As contratações processadas pela 09.01 estão contabilizadas na NP 01.01.
- Outras contratações diretas tramitaram pela Coordenadoria, sendo processos oriundos da Escola da Magistratura. Todavia, são instruídos com a tabela de preço referencial da ENFAM (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados). Dessa forma, a Coordenadoria avoca tais processos e os analisa, a fim de evitar mais sobrecarga para a Seção de Compras. No ano de 2025, tramitaram **152 (cento e cinquenta e dois) processos de contratação de palestrantes**.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Ademais, é importante ressaltar que todos os procedimentos realizados pela Seção de Compras são analisados e validados pela Coordenadoria de Compras, Licitação e Contratos.

No ano de 2025, a **Seção de Contratação** realizou diversas atividades relacionadas às suas atribuições, tais como, elaboração de minutas de editais, contratos, convênios, termos aditivos, entre outros.

Em 2025 o PJES realizou **03 (três) leilões** de alienação de bens móveis, tendo a Seção de Contratação atuado na elaboração do Contrato do Leiloeiro bem como do Edital de Leilão e demais atos de apoio à CPL e publicação nos meios competentes.

A Seção também elaborou Formulário específico para a instrução dos processos de Convênios/Acordos de Cooperação Técnica a serem preenchidos pelos Setores demandantes, de forma a agilizar e melhor instruir o procedimento.

Vale ressaltar que a Seção de Contratação também é constantemente demandada no sentido de apoio e orientação para a realização de contratações de diversas unidades administrativas.

Acrescente-se, ainda, que a unidade também realiza estudos e atualização das Normas de Procedimentos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Ademais, uma grande demanda da Coordenadoria e Seções no ano de 2025 continuou sendo a alimentação do Sistema CidadES - Contratação, para atendimento às exigências do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

A seguir, tabelas correspondentes que demonstram o fluxo de processos e expedientes concluídos na Seção de Contratação durante o exercício:

ELABORAÇÃO DE MINUTAS	
Editais	103
Contratos	73
Aditivos	130
Chamamentos Públicos	05
Atas de Registro de Preços	89
Convênios	20
TOTAL:	420

AVISOS/RESUMOS PUBLICADOS	
Editais (licitações / Chamamentos Públicos)	102
Contratações Diretas	177
Atas de RP	89
Aditivos	130



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Contratos	73
Convênios	20
Total:	591

LICITAÇÕES REALIZADAS			
MODALIDADE		QUANTIDADE	NORMA DE PROCEDIMENTO
Pregão	Na forma Eletrônica	95	01.01
	Na forma Presencial	00	01.01
Concorrência		02	01.01

PENALIDADES APLICADAS	
TIPO DE PENALIDADE	QUANTIDADE DE EMPRESAS PENALIZADAS
Advertência	01
Multa	33
Suspensão temporária	00
Impedimento	01

OUTRAS ATIVIDADES

- Metodologia de distribuição justa e equânime de processo entre os servidores da Seção, com o objetivo de equilibrar o volume de trabalho e promover celeridade no desenvolvimento às atividades realizadas pela referida unidade;
- Padronização das minutas dos editais, com sua disponibilização na intranet, visando à agilidade na instrução dos processos de forma a dar maior eficiência e efetividade nas tarefas internas;



6.5 SECRETARIA JUDICIÁRIA

A Secretaria Judiciária foi criada por meio da Lei Complementar nº 566/2010 – Lei de Reestruturação e Modernização da Estrutura Organizacional Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. Referida norma subordinou diretamente à Secretaria Judiciária, Coordenadorias com as respectivas Seções e outras Seções autônomas, conforme se demonstra abaixo:

Organograma:



À Secretaria Judiciária compete dirigir e coordenar os procedimentos relativos à protocolização, informação e distribuição de processos e expedientes, tramitação e sessões de julgamento, além de coordenar, orientar e uniformizar a execução dos serviços administrativo-judiciários dos órgãos subordinados, dentre outras atribuições descritas no art. 49 da Resolução nº 075/2011.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Gestão dos processos administrativos referentes ao Vale-Cidadão, sendo repassados, em 2025, créditos no valor de **R\$33.384,00 (trinta e três mil, trezentos e oitenta e quatro centavos)**, o que corresponde a entrega de aproximadamente **5.300 (cinco mil e trezentas)** tarifas de ônibus;
- Gestão dos processos administrativos de pagamento de perícias (diversas de médicas para as quais há convênio com o Estado do Espírito Santo) e traduções em processos com assistência judiciária gratuita deferida, consoante Ato Normativo Conjunto nº 008/2021. Em 2025, a Secretaria Judiciária atuou em **374 (trezentos e setenta e quatro)** processos, movimentando mais de **R\$600.000,00 (seiscentos mil reais)** em pedidos de pagamento de honorários e encargos vinculados;
- Supervisão dos trabalhos da **Comissão Permanente de Validação dos Cadastros de Peritos, Administradores Judiciais e Intérpretes**, consoante Ato Normativo n. 109/2025;
- Implementação da Gestão de Riscos, com desenvolvimento de Procedimentos operacionais padrão (POP's) e iniciou-se o desenvolvimento do controle de produtividade individual dos servidores da Unidade;
- Recebe e encaminha para o órgão julgador competente deste Egrégio Tribunal de Justiça as decisões do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal relativas a recursos interpostos – **498 decisões do STJ e 129 decisões do STF**;
- Atuou nos projetos de virtualização do acervo processual físico remanescente do TJES e no desenvolvimento do fluxo para o plantão de Segundo Grau no PJe2G;
- Por força do Ato nº 04/2016, organiza e publica a escala de plantão dos Desembargadores e das Secretarias dos Órgãos Julgadores de Segundo Grau.

6.5.1 COORDENADORIA DE PROTOCOLO, REGISTRO E DISTRIBUIÇÃO.

Esta Coordenadoria possui 02 (duas) unidades diretamente ligadas: a Seção de Protocolo e a de Distribuição de Processos propriamente dita.

PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Permanece nas atividades de distribuição de algumas classes processuais e redistribuição de processos. Em 2025, foram **588** (quinhentos e oitenta e oito) distribuições/redistribuições de processos físicos realizadas e **65.516** (sessenta e cinco mil, quinhentos e dezesseis) de processos eletrônicos;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

DISTRIBUIÇÕES/REDISTRIBUIÇÕES no TJES					
(dados extraídos do sistema de Segunda Instância e PJe-2G)					
	2021	2022	2023	2024	2025
Físicos	28.147	4.896	1.303	1.112	588
Eletrônicos	8.066	29.263	36.136	53.910	65.516
TOTAL	36.213	34.159	37.439	55.022	66.104

- Presta informações acerca de possível prevenção em processos eletrônicos que tramitam em segredo de justiça ou não, diante da ausência de ferramenta disponível no sistema PJe para tal finalidade;
- Disponibiliza pauta de processos distribuídos no Pje2G e no sistema de Segunda Instância para publicação (lista disponibilizada automaticamente através de link na intranet e inserida manualmente no e-diário);
- Efetua retificações de cadastros processuais, principalmente no Agravo de Instrumento;
- Efetuiu o protocolo de **7.525 documentos físicos** apenas no Tribunal de Justiça, os quais se dividiram da seguinte forma:

PROTOCOLIZAÇÕES no TJES - 2025	
TIPO DE PROTOCOLO	QUANTIDADE
Expedientes	2742
petição inicial	76
petição inicial precatório	2523
petição de juntada	1541
petições oriundas de plantão judiciário	201
processo administrativo	441
protocolo SEI Federação	1
TOTAL:	7.525

NÚMERO DE DOCUMENTOS PROTOCOLADOS NO TJES				
2021	2022	2023	2024	2025
55.735	35.730	17.027	9.763	7.525



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

- Expedição de **680 certidões** positivas e de prática jurídica pela Seção de Protocolo no ano de 2025.

6.5.2 COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA

A Coordenadoria de Taquigrafia é o setor responsável por taquigrafar todas as sessões de julgamento e audiências em segundo grau de jurisdição.

PRINCIPAIS ATIVIDADES:

Durante o exercício de 2025, a Coordenadoria de Taquigrafia executou tarefas em **2.147 (dois mil, cento e quarenta e sete)** processos com lançamentos no sistema de Segunda Instância/PJe, conforme se observa na tabela abaixo, e elaborou notas taquigráficas em **25 Audiências de Processos Administrativos**, além do registro de partes administrativas em todas as sessões, conforme tabela a seguir:

ÓRGÃO JULGADOR	Nº JULGADOS 1º SEMESTRE 2025	Nº JULGADOS 2º SEMESTRE 2025	TOTAL EXERCÍCIO 2025
CONSELHO	36	50	86
PLENO	79	124	203
1ª CÍVEL	132	104	236
2ª CÍVEL	148	237	385
3ª CÍVEL	97	140	237
4ª CÍVEL	112	223	335
1ª CRIMINAL	112	230	342
2ª CRIMINAL	72	159	231
REUNIDAS CRIMINAIS	10	57	67
1º GRUPO CÍVEIS REUNIDAS	02	10	12
2º GRUPO CÍVEIS REUNIDAS	04	09	13
TOTAL	804	1.343	2.147
Audiências PAD	22	04	26

- **SEÇÃO DE PLANTÃO E MANDADOS**

Esta Seção está diretamente ligada à área fim deste Órgão, sendo responsável pela distribuição de mandados/intimações e pelo apoio em sessões e audiências.

No ano de 2025, **2.415 (dois mil, quatrocentos e quinze)** mandados foram distribuídos e **3.786 (três mil, setecentos e oitenta e seis)** diligências foram realizadas pelos Oficiais de Justiça em Segundo Grau, além das **289 (duzentos e oitenta e nove) sessões e 28**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

(vinte e oito) audiências em que atuaram.

MÊS/2025	TOTAL DE MANDADOS DISTRIBUÍDOS
Janeiro	157
Fevereiro	283
Março	341
Abril	113
Maio	164
Junho	119
Julho	135
Agosto	164
Setembro	255
Outubro	202
Novembro	269
Dezembro	213
Total	2.415

	2021	2022	2023	2024	2025
Mandados Distribuídos	1.483	1.303	1.656	1.587	2.415
Diligências Realizadas	2.863	2.523	2.478	2.738	3.786

SEÇÃO DE CONTADORIA JUDICIAL

A Seção é responsável pelos cálculos das custas judiciais e despesas postais de processos de competência originária deste Tribunal de Justiça, consoante Resolução nº 71/2015.

No exercício de 2025, mais de **5.000 (cinco mil)** processos passaram pelo Setor, sendo calculadas custas no montante de **R\$ 360.931,23 (trezentos e sessenta mil, novecentos e trinta e um reais e vinte e três centavos)**, conforme tabelas a seguir:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

PROCESSOS RECEBIDOS 2025		
PERÍODO	PJE	FÍSICOS
JANEIRO	855	10
FEVEREIRO	1009	26
MARÇO	558	44
ABRIL	937	14
MAIO	435	12
JUNHO	12	15
JULHO	139	2
AGOSTO	257	0
SETEMBRO	440	1
OUTUBRO	144	0
NOVEMBRO	43	1
DEZEMBRO	52	0
TOTAL	4881	125
TOTAL GERAL	5.006	

Mês/ 2025	Custas Pagas - R\$
Janeiro	R\$ 28.304,96
Fevereiro	R\$ 47.056,91
Março	R\$ 45.641,65
Abril	R\$ 14.124,06
Maio	R\$ 18.305,08
Junho	R\$ 1.273,71
Julho	R\$ 21.617,93
Agosto	R\$ 25.624,41
Setembro	R\$ 30.670,17
Outubro	R\$ 108.280,32
Novembro	R\$ 12.340,94



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Dezembro	R\$ 7.691,09
Total:	206.224.86

* Fonte: Sistema de Arrecadação da CGJ/ES

SEÇÃO DE CONTADORIA JUDICIÁRIA					
	2021	2022	2023	2024	2025
Número de Processos que passaram pelo setor	6.854	6.145	11.933	11.072	5.006
Valor das Custas Calculadas	R\$ 606.543,24	R\$487.332,80	R\$623.362,20	R\$542.513,13	R\$ 360.931,23

6.5.3 COORDENADORIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO DOCUMENTAL

A Coordenadoria de Gestão da Informação Documental possui em sua estrutura a Seção de Edição e Publicação (Diário da Justiça e Gráfica), a Seção de Arquivo (englobando todos os arquivos do Estado) e a Seção de Biblioteca, além ser o responsável pelo Centro de Memória e o Espaço Cultural do TJES.

PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Publicação do Edital de Chamamento Público nº 02/2025 (processo SEI 7009834-69.202.8.08.0000) para selecionar **COOPERATIVAS OU ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS** legalmente habilitadas para receberem, a título de doação, papéis oriundos de descarte de documentos desprovidos de valor histórico e que já tenham tido seu prazo de guarda expirado, mediante assinatura de Acordo de Cooperação.
link: <https://www.tjes.jus.br/portal-transparencia/compras/chamamento-publico/>
- Manutenção e Organização do arquivo central do Poder Judiciário Estadual, abrigando as comarcas da Grande Vitória (Vitória, Serra, Cariacica, Vila Velha, Viana) em Jardim Limoeiro, do qual constam aproximadamente **380.000 (trezentas e oitenta mil)** caixas de arquivo, inclusive com o início da digitalização de processos ali arquivados.
- Orientações feitas para a organização dos seguintes arquivos: Cachoeiro de Itapemirim, Jerônimo Monteiro, Linhares, Aracruz, João Neiva, Itaguaçu, Itapemirim e Castelo. Além do recolhimento de todos os processos do Fórum Criminal de Vitória e o restante de Vila Velha para o acervo da seção de arquivo - totalizando **10.629 caixas**.



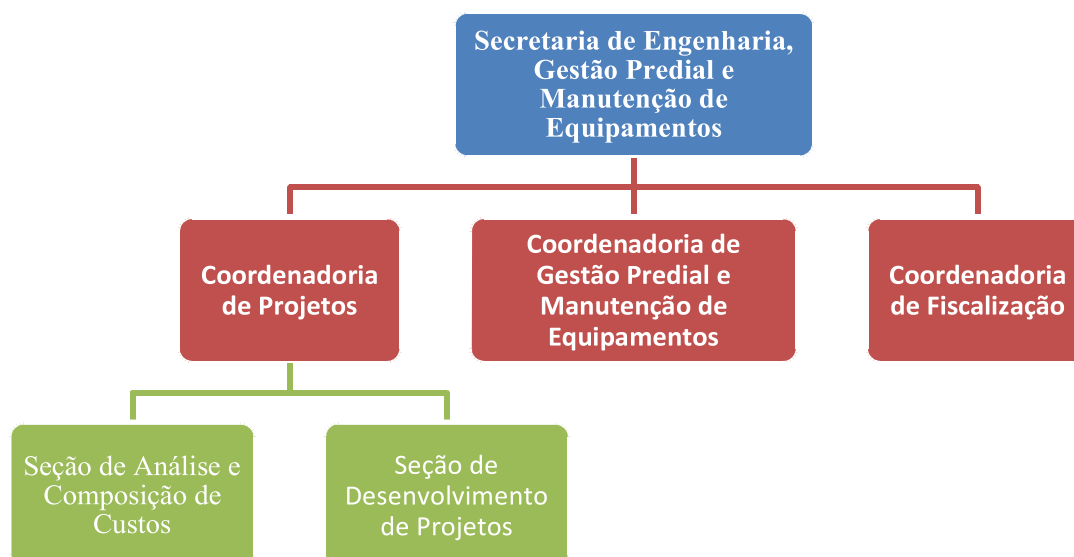
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

- Acompanhamento das atividades do Espaço Cultural do Tribunal de Justiça e das visitas guiadas ao Centro de Memória, todas as quintas-feiras, em parceria com a Assessoria de Cerimonial do TJES.
- Contratação de empresa para tarefas executivas sob regime de execução indireta, com mão de obra exclusiva, especializada em prestação de serviços continuados de Auxiliares de Reprografia e Auxiliares de Arquivo, uma vez que não existe no quadro de servidores mão de obra para desenvolvimento dessas atividades - Processo nº 7007383-08.2023.8.08.0000.
- Publicação de editais de descarte e de eliminação de processos; ação essa que contribuiu para organização e ajustes de espaços dos arquivos das comarcas, sendo o material descartado encaminhado à reciclagem e a verba revertida para Associação de catadores de lixo e instituições sociais cadastradas. Em conjunto com a Comissão Permanente de Sustentabilidade, mais de **53.339 Kg** de papéis foram destinados à reciclagem.
- Coordenação dos trabalhos de digitalização junto ao TJES, bem como atua como gestor do contrato firmado com a empresa de digitalização contratada - CETEFE. Tal tarefa se faz primordial dentro do projeto de virtualização de todo o acervo processual do Poder Judiciário Estadual, iniciando-se a digitalização de autos administrativos e judiciais arquivados, **498.741 processos digitalizados**.

6.6 SECRETARIA DE ENGENHARIA, GESTÃO PREDIAL E MAN. DE EQUIPAMENTOS.

A essa Secretaria compete planejar, pesquisar, analisar, fiscalizar, vistoriar e organizar os serviços de obras, reformas e manutenções de edificações e de equipamentos, bem como demais atribuições previstas no art. 59, da Resolução nº. 75/2011.

Esta Secretaria é composta por 3 (três) Coordenadorias, descritas a seguir:



6.6.1 – AÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2025

COORDENAÇÃO DE PROJETOS

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Projeto arquitetônico - Elaboração	Reforma geral - Secretaria Geral e Vice-Presidência do TJES
	Reforma geral - Coordenadoria de serviços psicossociais e de saúde no TJES
	Reforma geral - NAPES – 6º andar do Ed. Greenwich
	Reforma geral - Ampliação da STI no 14ª andar do Ed. Greenwich
	Reforma geral - Banheiros das salas de sessão 2 e 3 no TJES
	Reforma geral - Cobertura do Fórum de Marataízes.
	Reforma geral - Secretaria Judiciária, Distribuição e Taquigrafia no TJES.
	Fachada - Corregedoria - Fachada
	Fórum de Nova Venécia - Fachada
	Reforma para copa - 2º Pavimento do TJ
	Reforma geral - CEJUSC e todos os gabinetes de Cachoeiro de Itapemirim



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
	Reforma externa e adequações internas - Fachada, calçada, acessos, banheiro acessível e memorial descritivo para o Fórum de Guaçuí.
	Adequações no Salão do Júri e Sala de Audiência com a instalação de divisórias de drywall, pintura, instalações elétricas, troca de forro, adequações de acessibilidade em banheiro e troca do piso do corredor - Fórum de Piúma.
Projeto de marcenaria - Elaboração	Gabinete desembargador Eliana Junqueira Munhos Ferreira
	Gabinete desembargador Eder Pontes
	Salas de sessão 01-02-03-04
	Sala de apoio das salas de sessão 01-02-03-05
	Salões do Júri - Fórum Criminal de Serra.
	Salão do Júri - Fórum Criminal de Vitória.
	Salão do Júri-Auditoria Militar - Fórum Criminal de Vitória
	Sala de togas - Fórum Criminal de Vitória.
	Copa - Fórum de Guarapari.
	Recepção - Fórum de Ibiraçu.
	Copa - Fórum de Iconha
	Copa - Fórum de Jaguaré.
	Copa - Fórum de Pedro Canário.
	Banheiros - Fórum de Piúma.
	Copa do auditório - EMES.
	Sala do diretor - EMES.
	Recepção - Corregedoria.
	Copa e sala da secretária - Secretaria Geral.
	Sala de reunião - Presidência.
Projeto de combate a incêndio	Fórum de Vila Velha
	Novo Fórum de Castelo



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
	Fórum de Cachoeiro de Itapemirim
Projeto estrutural	Rampa e escada de entrada do Fórum de Guaçuí
Projeto de Adaptação	Central de Atendimento - Fórum de Vila Velha
	Central de Atendimento - Fórum de Itarana
	Central de Atendimento - Fórum de Laranja da Terra
	Central de Atendimento - Fórum de Linhares
	Central de Atendimento - Fórum de Cachoeiro de Itapemirim
Fiscalização de Projetos	Fórum de Nova Venécia - Projeto de instalações hidrossanitárias
	Fórum de Nova Venécia - Projeto de instalações de combate a incêndios
	Fórum de Baixo Guandu - Claraboia - Projeto de estrutura metálica
	Reforma do Salão Pleno - Escada metálica - Projeto de estrutura metálica
	Reforma do Salão Pleno - Piso Elevado - Projeto de estrutura metálica
Fiscalização de execução	Jardins internos e externos - Tribunal de Justiça
Layout	Coord. Juizados Especiais - 10º andar - Edifício Greenwich.
	Gabinete 3ª Vara Fazenda - Edifício Greenwich
	Assessoria do Gabinete Desembargador Arthur Neiva
	Gabinete da Desembargadora Rachel Durão Correia Lima
	4ª Vara Cível de Cariacica
	Arquivos Vila Velha
	Apoio ao Salão do Júri de Vila Velha (sala secreta)
	8ª Vara Criminal de Vila Velha
	Vara de Execuções Penais de Vila Velha
	Coordenadorias Varas Criminais e Violência contra a Mulher e Apoio à OAB
	Fórum de Nova Venécia - Sala de Atendimento a advogados



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
	Praça do TJ
Projeto de Reestruturação	Ed. Manhattan (Secretarias Inteligentes Juizados Especiais e CAJE de Vitória)
	Ed. Contemporâneo (Gabinetes 1º e 6º Juizados Especiais de Vitória)
	Ed. Enseada Tower (Colégio Recursal e Turmas Recursais)
Projeto das Secretarias Inteligentes	Fórum de Vila Velha
	Fórum de Cariacica
	Fórum de Cachoeiro de Itapemirim
	Fórum de Colatina
	Fórum de Serra
	Fórum de Linhares
	Fórum de São Mateus
	Fórum de Viana
	Fórum de Nova Venécia
	Fórum de Montanha
	Fórum de Afonso Claudio
	Fórum de Conceição da Barra
	Fórum de São Gabriel da Palha
	3ª Secretaria Inteligente Regional (Infância e Juventude de Vitória)
Projeto - Cabeamento estruturado - BID	EMES
	Fórum de Vila Velha
	Fórum de Cachoeiro de Itapemirim
	Fórum de Nova Venécia
	Fórum de São Gabriel da Palha
	Fórum de Piúma
	Fórum de Guaçuí



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
	Fórum de Aracruz
	Fórum de Pinheiros
	Gabinete - Des. Pedro Valls Feu Rosa
Projeto - Acessibilidade - BID	Fórum de Nova Venécia
	Fórum de São Gabriel da Palha
Termos de referência - Elaboração	Contratação de equipamentos de incêndio - Fórum de Cachoeiro de Itapemirim
	Contratação de sinalização visual para todas as unidades do Poder Judiciário
	Contratação do Upgrade das Licenças do software de cálculo estrutural-Eberick
	Contratação de sinalização visual para todas as unidades do PJES
	Contratação de mobiliário sob medida.
	Contratação de fornecimento e instalação de drywall, forro, divisórias e piso vinílico.
Projetos de Regularização	Aprovação do projeto da calçada do Fórum de Guaçuí
	Aprovação do projeto da calçada do Fórum de Vila Velha-Prainha
	Alvará de Funcionamento na PMV para Fórum Criminal de Vitória
	Regularização dos imóveis do Poder Judiciário no Corpo de Bombeiros
Planilha orçamentária	Orçamento para indenização do Ed. Jerônimo Monteiro
Estudo Técnico	Adesão - Ata de Sondagem
	Laudo de avaliação da sobrecarga - Área técnica da cobertura do Fórum de Vila Velha
	Laudo de análise das trincas no piso - Passarela do Fórum de Vila Velha
	Relatório de Vistoria - Cobertura da área técnica do Fórum de Vila Velha
	Desoneração da mão de obra - nova forma de utilização
Recebimento definitivo - Fórum de Alegre	Construção
	Pagamento de ART's, RRT's e TRT's.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Serviços Administrati- vos	Fiscalização Administrativa - postos de trabalho - CBR
	Cadastro no CidadES dos contratos em andamento
	Gestão de contrato - Ata de Sistemas Construtivos - 5 contratos
	Gestão de contrato - Marcenaria
	Gestão de contrato - Postos de trabalho - CBR
	Gestão de contrato - Painéis solares
	Gestão de contrato - Plotagem
	Gestão de contrato - Contratação do Upgrade das Licenças do software de cálculo estrutural-Eberick
	Gestão de contrato - Penalidade empresa responsável pela construção de muro do Fórum de Guarapari.
Apoio à Secretaria de Infraestrutura	Participação na licitação da obra de Reforma do Salão Pleno
Apoio à Secretaria de Finanças	Entrega do relatório quadrimestral final e anual/2024 - Projetos da Engenharia - Orçamento 2024.
Apoio à Secretaria de Finanças	Elaboração de planilha de controle orçamentário da Secretaria de Engenharia 2025

COORDENAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Fiscalização de obras	Ata de Splits - Fiscalização dos serviços realizados em vários Fóruns.
Fiscalização de obras - BID	Cabeamento Estruturado - EMES
	Cabeamento Estruturado - Fórum de Vila Velha - Boa Vista
	Cabeamento Estruturado - Fórum de Cachoeiro de Itapemirim
	Cabeamento Estruturado - Fórum de Nova Venécia
	Cabeamento Estruturado - Fórum de Piúma



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
	Cabeamento Estruturado - Fórum de Guaçuí
	Cabeamento Estruturado - Fórum de Aracruz
	Cabeamento Estruturado - Fórum de Pinheiros
	Cabeamento Estruturado - Gabinete - Des. Pedro Valls Feu Rosa
Elaboração e acompanhamento de Edital de chamamento Público	Locação de imóvel para abrigar a 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Vitória
Análise de viabilidade	Instalação de um gerador de energia elétrica no Fórum de Serra
Cálculo de consumo de energia elétrica	Agência Banestes Palácio da Justiça
	Posto Banestes Fórum de Vila Velha-Prainha
	Agência Banestes Fórum de Vila Velha - Boa Vista
	Posto Banestes Fórum Cível de Vila Velha
	Posto Banestes Fórum de Guarapari
	Posto Banestes Fórum de Linhares
Estimativa de custo de energia elétrica para cessão de espaço	Varas no CDC Viana
	Vending Machine no Fórum Cível de Vitória
	Vending Machine no Fórum de Linhares
	Vending Machine no Fórum de Cachoeiro de Itapemirim
	Cantina Fórum de Cariacica
Laudo de avaliação	Regularização Patrimonial - Fórum de Apiacá
	Regularização Patrimonial - Fórum de Atílio Vivacqua
	Renovação de locação - Fórum de Iúna
	Renovação de locação - Fórum de Bom Jesus do Norte
	Renovação de locação - Fórum de Santa Maria de Jetibá
	Renovação de locação - Fórum de Marechal Floriano



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
	Renovação de locação - Centro Avançado dos Juizados Especiais – CAJE
	Renovação de locação - 8º E 9º Juizados Especiais Cíveis de Vitória
	Concessão onerosa - Instalação de máquina Retorna Machine - Tribunal de Justiça
	Concessão onerosa - Instalação de máquina de autoatendimento Alimentação - Fórum de Linhares
Devolução de imóvel.	Devolução do Fórum Criminal de Vitória.
	Devolução da locação de imóvel que abrigava a Infância e Juventude de Vila Velha
	Devolução do Ed. Jerônimo Monteiro à SPU
	Devolução da locação de imóvel que abrigava as varas do 1º e 2º JECRIM e 1º JEC de Vitória
Regularização de imóvel	Averbação da edificação do novo Fórum de Alegre
Elaboração do modelo de concessão do PID	PID de Ponto Belo
Apoio à Coordenação de Manutenção	Levantamento e elaboração de planilhas para contratação de instalação de split em vários Fóruns

COORDENAÇÃO DE MANUTENÇÃO

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Execução de obras	Ed. Greenwich - 4º andar - Retirada de carpete de todo o andar e instalação de piso e rodapé. Adequação de pontos
	Ed. Greenwich - 6º andar - Disponibilizar espaço para trabalho da equipe "NAPES"
	Ed. Greenwich - 10º andar - Adequação de salas provisórias para setores administrativos que passarão por adequações no TJ.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
	Ed. Greenwich - 14º andar - Adequação de salas para o funcionamento do Laboratório de Inovação; Adequação de salas para ampliação da estrutura da STI.
	TJES - 1º pavimento - Reforma de novas salas para a Coordenadoria de Psicossociais e Saúde.
	TJES - 1º pavimento - Reforma das Salas dos motoristas
	TJES - 1º pavimento - Instalação de TV's e reforma dos banheiros das Salas de Sessão 02 e 03
	TJES - 2º pavimento - Substituição de todo o forro da circulação central do 2º pavimento.
	TJES - 2º pavimento - Asa III - Reforma das salas de sessões 01 e 04
	TJES - 2º Pavimento - Asa III - Adequação de layout para NAPES
	TJES - 2º Pavimento - Asa III - Adequação de layout para Grupo de Negócios TJES
	TJES - 2º Pavimento - Asa III - Adequação de layout para Conselho da Magistratura
	TJES - 2º Pavimento - Asa IV - Ampliação da Sala de Sessão 02
	TJES - 3º pavimento - Asa III - Reforma da Secretaria Geral e Gabinete da Vice-Presidência.
	TJES - 3º Pavimento - Presidência - Reforma de piso, pintura e instalações.
	TJES - 4º pavimento - Reforma do Gabinete Des. Pedro Valls Feu Rosa
	TJES - Todos os pavimentos - Troca de forros e reorganização de cabos elétricos/rede nos corredores
	TJES - Todos os pavimentos - Pintura das áreas comuns (corredor, escadas, banheiro e garagem)
	TJES - Térreo e 1º pavimento - Manutenção dos banheiros públicos
	TJES - Área externa - Demarcação das vagas de estacionamento
	TJES - Fachadas - Reorganização dos refletores das fachadas
	TJES - Data Center - Manutenção do sistema de alarme
	TJES - Asa I - Cobertura - Desativação do sistema de climatização
	TJES - Asa I - Cobertura - Impermeabilização da laje/cobertura
	EMES - Instalação de drywall para organização da sala no Laboratório de Informática.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
	Pintura em diversas salas e no corredor principal. Troca de forro em toda a Escola da Magistratura (EMES).
	Ed. Contemporâneo - 1ª e 6ª Vara Cível - Adaptações de ambientes com instalação de divisórias, pintura e instalações elétricas.
	Ed. Contemporâneo - 8ª e 9ª Vara Cível - Pintura dos gabinetes.
	Ed. Enseada Tower - Turmas Recursais - Adaptações de ambientes com instalação de divisórias, pintura, instalações elétricas.
	Fórum de Vila Velha - Adequação de novas salas para a instalação da Vara da Infância e Juventude, promovendo a devolução de imóvel locado. Adequação de novas salas para atendimento do CEJUSC.
	Fórum da Serra - Adequações elétricas nas Centrais de Atendimento, paredes de drywall, visores de vidro e rodapés.
	Fórum de Piúma - Adequações no Salão do Júri e Sala de Audiência com a instalação de divisórias de drywall, pintura, instalações elétricas, troca de forro, adequações de acessibilidade em banheiro e troca do piso do corredor.
	Fórum de Viana - Substituição de piso no salão do Júri e corredores; Substituição de mobiliário; Substituição de cobertura em policarbonato deteriorada;
	Fórum de Marataízes - Manutenção geral de piso
	Fórum de Vila Velha - Boa Vista - Adequação dos sistemas de climatização no fórum, com ampliação.
	Fórum de Vila Velha - Prainha - Manutenção geral da fachada e telhado
	Fórum de Guarapari - Manutenção da cobertura do estacionamento

6.7 SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

A Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), vinculada à Secretaria Geral do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, tem suas atribuições definidas pelo artigo 91 da Resolução TJ/ES nº 075/2011 e atua de forma estratégica na valorização, desenvolvimento e bem-estar de servidores e magistrados. Sua estrutura é composta pelas Coordenadorias de Recursos Humanos, de Pagamento de Pessoal e de Serviços Psicossociais e de Saúde, que operam de forma integrada para garantir uma gestão moderna e humanizada.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA



A SGP é responsável por políticas e diretrizes que abrangem todas as fases da vida funcional dos servidores, desde o ingresso até a aposentadoria, incluindo movimentações, capacitação, promoção, saúde física e mental. Seu foco está em uma gestão eficiente e estratégica de pessoas, promovendo a estruturação do trabalho, melhoria do clima organizacional e desenvolvimento das competências individuais e coletivas.

As ações da Secretaria visam à criação de um ambiente organizacional saudável, produtivo e sustentável, contribuindo para o fortalecimento institucional do TJES e incentivando uma cultura de excelência, engajamento e reconhecimento no serviço público.

6.7.1 – AÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2025

As Coordenadorias, enquanto unidades integrantes da Secretaria de Gestão de Pessoas, desempenharam papel fundamental na coordenação, organização, controle e supervisão dos projetos desenvolvidos até dezembro de 2025.

A **Coordenadoria de Pagamento de Pessoal (CPP)** desempenhou uma série de atividades relevantes voltadas à conformidade legal, eficiência administrativa e suporte à gestão orçamentária do Poder Judiciário. Dentre as ações realizadas, destaca-se a confecção da Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (DIRF) referente ao exercício de 2024, incluindo a elaboração e disponibilização de aproximadamente 1.300 comprovantes de rendimentos destinados à declaração de ajuste anual do imposto de renda de magistrados, servidores, estagiários e demais colaboradores. Os comprovantes



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

foram confrontados com fichas financeiras e dados constantes na DIRF, resultando na identificação de 14 inconsistências. Essas inconsistências foram devidamente tratadas e ajustadas internamente pela CPP diretamente no sistema da DIRF, garantindo o envio tempestivo das informações (proc. SEI 7011691-53.2024.8.08.0000).

Adicionalmente, foi realizada a análise de processo judicial relacionado à devolução de valores de IR indevidamente retidos sobre abono de férias de magistrados, culminando na apuração de créditos para 366 magistrados e 2.823 competências de abono de férias (proc. SEI 7010381-46.2023.8.08.0000). Ainda no tocante à gestão orçamentária, foi realizada a projeção dos valores referentes ao 13º salário e ao abono de férias a serem pagos em 2025, com o objetivo de subsidiar o provisionamento de despesas pela SFEO, conforme orientações do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

A CPP prestou informações ao IPAJM, relativas aos valores pagos a servidores e magistrados ativos e inativos, com as respectivas bases previdenciárias, a fim de viabilizar os cálculos atuariais exigidos. Em atendimento à inspeção do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foram preparados documentos e prestadas as informações requisitadas para a inspeção de 2025. Igualmente, houve a elaboração do Relatório Justiça em Números, em conformidade com a legislação do CNJ.

No que tange à gestão de pessoal, a CPP atuou na apuração e cálculo de indenizações de férias de magistrados e servidores para fins de pagamento em folha, conforme determinação da Presidência. Também foi realizado estudo de impacto financeiro e orçamentário decorrente da alteração de valores relativos à Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) e ao pagamento de retroativos de subsídio. Com relação ao novo teto remuneratório estabelecido pela Presidência, no valor de R\$92.000,00, foram realizados o controle, a apuração e a exclusão de valores excedentes, conforme as diretrizes superiores.

A CPP também participou ativamente do processo de implantação do novo sistema AdmRH, realizando análises de impacto, cálculos de folha, validação e ajustes necessários à migração. Por fim, efetuou a validação da 1ª folha paralela gerada no AdmRH, comparando-a com os dados do sistema SIARHES, solicitando correções de inconsistências identificadas, assim como nas demais folhas até dezembro, com o objetivo de garantir a integridade da folha de pagamento e a adequada transição entre os sistemas.

Entre janeiro e dezembro de 2025, a **Coordenadoria de Serviços Psicossociais e de Saúde (CSPS)** realizou diversas ações voltadas à promoção da saúde, bem-estar e qualidade de vida de magistrados e servidores do Poder Judiciário do Espírito Santo. Dentre as iniciativas, destaca-se a continuidade da execução do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO), com a realização de exames periódicos. No ano de 2025, até o mês de dezembro, foram realizados atendimentos para 15 magistrados e 407 servidores, totalizando 422 exames.

No campo das ações psicossociais e de promoção da saúde mental, foram realizadas duas edições do Projeto Roda de Conversa, nos meses de maio e julho, no formato híbrido, contando com a participação total de 97 pessoas, sendo 58 de forma online e 39 presencialmente. Também foram promovidos dois encontros do Projeto Ofi-Cine, nos meses de fevereiro e agosto, com um total de 70 participantes (53 online e 17 presenciais).

A Coordenadoria também elaborou e divulgou matérias informativas e educativas, com orientações, reflexões e atualizações sobre temas da área de saúde, encaminhadas por e-mail a magistrados, servidores e estagiários, além de publicadas em espaço específico da CSPS no site do TJES.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Em julho, a Coordenadoria de Serviços Psicossociais e de Saúde/SGP/TJES e o Laboratório de Inovação e Inteligência Artificial-LI²/TJES, em parceria com o HEMOES, promoveram uma campanha de doação de sangue.

Já em agosto, a CSPS promoveu a campanha do Agosto Dourado, em parceria com o Banco de Leite da Santa Casa de Misericórdia, com o objetivo de arrecadar potes de vidro com tampa plástica para apoio à doação de leite materno. Tivemos também mais sessões de yoga através do projeto JustaMente, promovendo o bem estar físico e mental dos servidores.

Durante o mês de setembro, a Coordenadoria realizou ações alusivas ao Setembro Amarelo, com o envio de e-mails institucionais de sensibilização sobre saúde mental, reforçando o compromisso com a escuta, acolhimento e prevenção ao suicídio.

No último trimestre do ano, realizaram ainda mais uma edição do Roda de Conversa com o I Encontro sobre Aposentadoria Especial INSS e outros encontros periódicos do projeto JustaMente (yoga) e Oficina.

No que se refere à atuação da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do Poder Judiciário do Espírito Santo, foram realizados atendimentos psicossociais, participação na organização da Semana de Combate ao Assédio e à Discriminação, elaboração de campanha educativa, além de reuniões com as Comissões de Primeiro e Segundo Graus. Destaca-se, ainda, a realização de palestra sobre assédio moral, sexual e discriminação na Corregedoria Geral de Justiça, com a presença de aproximadamente 100 trabalhadores terceirizados. A atividade contou com a participação de dois intérpretes de Libras, garantindo acessibilidade à palestra, especialmente voltada aos trabalhadores surdos envolvidos na digitalização de processos.

Em 2025, a **Coordenadoria de Recursos Humanos (CRH)** do TJES destacou-se com a execução do projeto “Central de Atendimento ao Público”, implantado em abril, que contratou serviços de recepção e atendimento para aprimorar a experiência de usuários internos e externos. A iniciativa buscou fortalecer o atendimento direto ao público, com mais eficiência e qualidade, sem impactar os recursos das atividades-fim da Justiça. O projeto está alinhado ao Macrodesafio nº 2 do CNJ – Fortalecimento da relação do Judiciário com a sociedade – reafirmando o compromisso do PJES com uma atuação mais acessível e acolhedora.

Como uma das ações de destaque, temos a implantação do novo sistema AdmRH, que substituirá integralmente o antigo sistema SIARHES. O AdmRH representa uma mudança significativa na gestão de recursos humanos e pagamento no âmbito do Poder Judiciário do Espírito Santo (PJES), alinhando-se aos objetivos do Programa de Modernização do Poder Judiciário (PROMOJUES), instituído pela Resolução nº 006/2023.

A migração do sistema ocorreu em junho de 2025, e desde então, novas funcionalidades foram disponibilizadas para magistrados e servidores, como o Portal do Servidor e do Magistrado, que permite solicitações online de afastamentos e envio de atestados médicos. Foi também implementado o ponto eletrônico, regulamentado pelo Ato Normativo nº 275/2025, reforçando o controle de frequência e a transparência funcional.

Ainda no período, foram analisados e processados diversos pedidos de indenização de férias para magistrados e servidores ativos. A unidade também conduziu os procedimentos referentes a remoções internas para os cargos de Analista Judiciário – AJ – Direito, Analista Judiciário Especial – AJ – Contador e Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador. Consequentemente, foram analisados os processos



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

de posse e exercício dos servidores nomeados para ocuparem as vagas decorrentes dessas movimentações internas. Insta frisar que todas as vagas de provimento imediato previstas no Edital nº 1 – TJ/ES, de 9 de janeiro de 2023, foram devidamente preenchidas, fortalecendo o quadro de pessoal efetivo do PJES.

A Coordenadoria também atuou na análise e lançamento dos processos de licenças compensatórias e de promoções de magistrados ativos, sendo que este processo de promoção ainda encontra-se em andamento.

No campo da gestão estratégica de pessoas, a CRH elaborou e encaminhou o relatório “Justiça em Números”, em cumprimento à Resolução CNJ nº 76/2009.

Adicionalmente, foram convocados e analisados os processos dos candidatos aprovados no processo seletivo para contratação temporária de profissionais de tecnologia da informação, com fundamento na Lei Complementar nº 1.086/2024.

Somado a isso, com intuito de reduzir a quantidade de processos e acelerar a concessão de benefícios de ATS (Adicional de tempo de serviço), assiduidade e férias prêmio que estavam pendentes, a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) do Tribunal de Justiça do Es (TJES), realizou, com apoio da Coordenadoria de Gestão da Informação Documental e da Secretaria Geral, a digitalização de mais de 24 mil processos físicos. Com a digitalização dos processos, houve uma redução de 90% dos casos que ainda estavam pendentes, o que trouxe melhorias, inovação e agilidade na concessão dos benefícios solicitados pelos servidores. Em seguida, foi feita também a revisão do fluxo de ATS/Assiduidade.

A unidade passou a absorver as demandas relacionadas ao Programa de Residência Jurídica, realizando a análise e lançamento dos respectivos processos, bem como a análise dos pedidos de autorização para teletrabalho, conforme diretrizes da Resoluções TJES nº 057/2024 e nº 029/2024 e também tivemos a entrega das declarações de Bens e Valores dos Servidores do PJES, conforme exigência do Ato Normativo Conjunto nº 12/2014.

Ainda em 2025, como parte das estratégias de contingenciamento de despesas, a Secretaria de Gestão de Pessoas reavaliou a necessidade de contratar empresa para realização de concurso público, cujo orçamento aprovado era de R\$2.000.000,00. Com a prorrogação da validade do Edital nº 1 – TJES/2023, conforme o Edital nº 24 – TJES/2025, a realização de novo certame foi considerada desnecessária. Assim, os recursos foram remanejados para dois processos seletivos estratégicos: o Concurso de Magistrados e o Concurso de Cartorários, priorizando áreas críticas do Judiciário.

Adicionalmente, o valor de R\$ 46.200,00 previsto para aquisição de carteiras funcionais foi disponibilizado à administração, já que o novo sistema AdmRH passou a oferecer esse serviço de forma digital.

Essas medidas evidenciam o compromisso com a gestão eficiente dos recursos públicos, a responsabilidade fiscal e a adoção de práticas alinhadas à economicidade e à boa governança.

6.7.2 – INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A Lei Complementar nº 1.113/2025 modernizou a estrutura administrativa do TJES, com destaque para a reestruturação da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC). A norma instituiu a



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

transformação automática de cargos de nível médio (Técnico e Auxiliar) em cargos de Analista Judiciário – Especialidade TI à medida que ocorrerem vacâncias. Essa medida viabiliza a especialização da força de trabalho para áreas de ponta, como Inteligência Artificial e Ciência de Dados, sem gerar aumento imediato de despesas.

O Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (PJES), considerando relatório extraído, tendo como referência 31/12/2025 do Sistema Integrado de Recursos Humanos, conta com o seguinte quantitativo de pessoal em atividade:

FORÇA DE TRABALHO DO PJES	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1. Cargos Efetivos Ocupados (1.1 + 1.2)	2.538
1.1. Primeira Instância	2.078
1.2. Segunda Instância (considerando o quadro suplementar, exceto os optantes, pois estão considerados no item 4)	460
2. Cargos Comissionados Ocupados (2.1 + 2.2)	1.217
2.1. Primeira Instância	920
2.2. Segunda Instância	297
3. Servidores Estabilizados (3.1 + 3.2)	16
3.1. Primeira Instância	10
3.2. Segunda Instância	6
4. Optantes do Regime Jurídico Único (4.1 + 4.2)	6
4.1. Primeira Instância	1
4.2. Segunda Instância	5
TOTAL GERAL DE CARGOS OCUPADOS (1 + 2 + 3 + 4):	3.777

CARGOS COMISSIONADOS	QUANTIDADE	%
1. Ocupados (2.1 + 2.2)	1.217	90,68
1.1 Ocupados exclusivamente por comissionados	852	63,48
1.2 Ocupados por servidores efetivos	365	27,20



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

2. Vagos	125	9,32
TOTAL DE CARGOS COMISSIONADOS (1 + 2):	1.342	100%

Atualmente existem no Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo 1.342 cargos em comissão, dos quais 125 estão vagos e 1.217 ocupados.

Dos 1.217 cargos comissionados ocupados, 365 são ocupados por servidores efetivos e 852 são ocupados por servidores exclusivamente comissionados.

Do quadro acima se observa que dos 1.342 cargos comissionados existentes, 1.217 estão providos, isto é, 90,68% de cargos comissionados estão ocupados (referência dezembro/25).

Assim, dos cargos comissionados existentes, 125 estão vagos.

REDUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Servidores cedidos	7
Aguardando aposentadoria	383
Afastados para trato de interesses particulares	9
Licenciados para mandato classista	6

AUMENTO DA FORÇA DE TRABALHO	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Servidores requisitados para atuarem na 2ª Instância	12
Servidores requisitados para atuarem na 1ª Instância	51

MAGISTRADOS	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Desembargadores	30
Juizes de Direito	246



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Juizes Substitutos	0

ESTAGIÁRIOS	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Estagiários de graduação	1303
Estagiários de pós- graduação	195
Estagiário Conciliação	85

MAGISTRADOS E SERVIDORES INATIVOS	
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Magistrados Inativos	141
Servidores Inativos	1.130

* considera-se servidor e magistrado inativo aquele afastado aguardando a publicação da portaria de aposentadoria pelo órgão de Previdência, bem como o efetivamente aposentado pelo IPAJM com aposentadoria registrada pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2025 marcou avanços significativos na atuação da Secretaria de Gestão de Pessoas do TJES, com destaque para a modernização de processos, fortalecimento das políticas institucionais e valorização de magistrados e servidores. A atuação integrada das Coordenadorias de Recursos Humanos, Pagamento de Pessoal e Serviços Psicossociais e de Saúde resultou em entregas alinhadas aos objetivos estratégicos do Tribunal e às diretrizes do CNJ.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

A implantação do sistema AdmRH trouxe mais eficiência, transparência e acesso digital a serviços essenciais. Também houve importantes iniciativas voltadas à promoção da saúde física e mental, à humanização do ambiente de trabalho e à prevenção de riscos psicossociais.

No aspecto orçamentário, as ações de contingenciamento e o uso racional dos recursos reforçaram o compromisso com a responsabilidade fiscal e a eficiência administrativa. A Secretaria reafirma, assim, seu papel estratégico na construção de um Judiciário moderno, ético e comprometido com a excelência na gestão de pessoas.

6.8 SECRETARIA DE FINANÇAS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo tem como missão garantir a correta, transparente e eficiente aplicação dos recursos públicos. Em 2025, nosso trabalho focou em modernizar processos e fortalecer o controle interno, sempre visando a melhor prestação de serviço ao cidadão e a conformidade com as normas legais.

Nossas principais responsabilidades são gerir os recursos do Tribunal, assegurando que o dinheiro público seja usado de forma legal e transparente. Isso inclui:

- **Controlar** as atividades relativas aos assuntos orçamentários/financeiros, as atividades inerentes ao processo de tomada e prestação de contas dos responsáveis por dinheiro, bens e valores do Tribunal, a arrecadação das receitas judiciais e extrajudiciais, a movimentação das contas bancárias do Tribunal;
- **Assegurar** a efetividade do controle dos fatos contábeis do Tribunal, o adequado recebimento de depósitos, fianças, cauções e outros recolhimentos atribuídos ao Tribunal, a adequada execução financeira com pessoal, bem como de contratos, convênios, acordos e instrumentos congêneres, relativos ao Tribunal, a efetividade da apuração e dos controles de custos de bens e serviços adquiridos pelo Tribunal;
- **Analisar** as faturas das grandes despesas do Poder Judiciário, conforme estabelecido na Resolução nº 75/2011 do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

Perspectivas:

- Melhoria dos processos com base na Resolução CNJ nº 410 de 23/08/2021, especialmente em relação aos artigos e incisos que abordam a transparência (Art. 4º, II), compliance (Art. 4º, III), eficiência dos controles internos (Art. 8º, § 1º, I), e a desburocratização e aprimoramento de processos (Art. 8º, § 1º, V).
- Otimização dos sistemas e automação das rotinas para melhorar a produtividade, a transparência e a eficiência na gestão dos recursos públicos.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

- Aperfeiçoamento contínuo da gestão financeira e orçamentária, assegurando a conformidade fiscal e financeira.

6.8.1 - AÇÕES REALIZADAS EM 2025:

Em 2025, transformamos a gestão financeira em um pilar de: ✓ **Modernização**: Com PIX e Cálculo Eletrônico. ✓ **Transparência**: Com Painéis de Gestão e Ordem de Pagamento. ✓ **Segurança**: Com Segregação de Função e Automação. Implementamos melhorias que geraram benefícios diretos para quem utiliza os serviços da Justiça e para a administração interna.

1. Mais Agilidade e Comodidade para o Cidadão (Jurisdicionado)

Ação Realizada	O que Mudou na Prática	Benefício Direto para o cidadão
Pagamento de Guias via PIX e Funcionalidade de Pagamento	Permite pagar as guias do Judiciário imediatamente, a qualquer hora e dia, sem precisar imprimir.	Rapidez, comodidade e facilidade no pagamento de custas e demais receitas do Funepj, agilizando o processo.
Cálculo Eletrônico das Custas Processuais	A própria parte interessada (cidadão ou seu advogado) pode emitir a guia de custas automaticamente.	Redução do tempo de tramitação do processo, pois ele não precisa mais ir para a contadoria para calcular o valor.

2. Mais Transparência na Aplicação dos Recursos

Ação Realizada	O que Mudou na Prática	Benefício Direto para o cidadão
Painéis de Gestão (Orçamentária, Financeira e Remanejamento)	Criamos ferramentas de acompanhamento para mostrar como o orçamento está sendo usado e quais ajustes foram feitos.	Total transparência sobre a utilização dos recursos públicos. O cidadão pode acessar e fiscalizar de forma facilitada.
Disponibilização da Ordem Cronológica de Pagamentos	Passamos a divulgar, no Portal da Transparência, a ordem em que todos os pagamentos estão sendo feitos.	Maior clareza e controle social sobre as despesas do Tribunal, reforçando o compromisso com a gestão fiscal.

3. Fortalecimento da Governança e Eficiência Interna

Ação Realizada	Objetivo Interno	Impacto na Administração
Reestruturação da Secretaria de Finanças	Remanejamento da Seção de Controle de Contratos e Convênios para segregar as atividades e evitar conflitos de interesse, conforme exigido pela Corregedoria Nacional de Justiça.	Maior segurança jurídica, confiabilidade e fortalecimento da governança na aplicação dos recursos públicos.
Extrato Bancário via EDI	Implementação de envio automático de extratos bancários da conta do Funepj e das contas de Penas Pecuniárias.	Ganho de eficiência, redução de erros e maior agilidade na conciliação das contas.
Implantação do Cartão de Pagamento	Contratação de um Cartão de Pagamento (Cartão de Suprimento de Fundos) para pequenas despesas.	Modernização, maior controle e transparência nos gastos menores do Tribunal, com previsão de início



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Ação Realizada	Objetivo Interno	Impacto na Administração
----------------	------------------	--------------------------

em 01/01/2026.

Detalhamento das ações realizadas em 2025:

Assunto:	Pagamento via Pix. Pagamento de Guias do PJES agora pode ser feito via pix e sem a necessidade de impressão
Link da Notícia:	https://www.tjes.jus.br/pagamento-de-guias-do-pjes-agora-pode-ser-feito-via-pix/
Processo Administrativo:	7009827-14.2023.8.08.0000
Equipes envolvidas:	Secretaria de Finanças, Secretaria de Tecnologia da Informação, Corregedoria Geral da Justiça e Banco do Estado do Espírito Santo - Banestes
Resultado obtido para o jurisdicionado:	Mais agilidade, comodidade e facilidade no pagamento de guias, com possibilidade de quitação imediata em qualquer dia e horário.
Resultado obtido para a Administração:	Atendimento à Recomendação nº 164 de 27 de agosto de 2025 do Conselho Nacional de Justiça.
Resultado esperado para a Administração:	Expectativa de aumento na arrecadação diante da facilidade de pagamento.

Assunto:	Funcionalidade Pagamento. Permite a quitação das guias diretamente na tela, sem necessidade de impressão da guia, proporcionando maior agilidade ao processo e redução do consumo de papel pelo jurisdicionado
Link da Notícia:	https://www.tjes.jus.br/pagamento-de-guias-do-pjes-agora-pode-ser-feito-via-pix/
Processo Administrativo:	7009425-59.2025.8.08.0000
Equipes envolvidas:	Secretaria de Finanças e Secretaria de Tecnologia da Informação
Resultado obtido para o jurisdicionado:	Maior praticidade no pagamento, eliminação da necessidade de impressão da guia e ampliação das opções de quitação, tornando o processo mais acessível e rápido.
Resultado obtido para a Administração:	Otimização do processo de arrecadação
Resultado esperado para a Administração:	Expectativa de aumento na arrecadação diante da facilidade de pagamento.



Assunto:	Painel de Gestão da Execução Orçamentária e Financeira. Desenvolvimento de ferramenta que ampliou a transparência na utilização dos recursos públicos.
Portal da Transparência:	https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaM2UzYTU4ZTU4ZWU1LWlxNDEtNmE2YTcxM2FkMmYzliwidCI6IlgxZDQyNTczLWJjMmYtNGUwMC05M2JjLWZlNDUxMmQ2MWFmIiwiaWQiOiJF9mMiOjF9
Processo Administrativo:	Sem processo administrativo
Equipes envolvidas:	Secretaria de Finanças e Secretaria de Tecnologia da Informação.
Resultado obtido para o jurisdicionado:	Acesso facilitado às informações sobre a utilização dos recursos públicos, promovendo transparência.
Resultado obtido para a Administração:	Ferramenta estratégica para acompanhamento da execução orçamentária, subsidiando a tomada de decisão e a prestação de contas.

70



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Painel de Gestão de Remanejamento Orçamentário. Rastreabilidade do saldo de reserva orçamentária, proporcionado maior clareza e controle dos ajustes orçamentários.

Administração:

Assunto: **Disponibilização, no Portal da Transparência, dos pagamentos realizados em ordem cronológica**

Portal da Transparência: <https://www.tjes.jus.br/portal-transparencia/quadros-de-detalhamento-de-despesas-resolucao-cnj-no-1952014/ordem-cronologica-de-pagamentos/>

Ato Normativo: Ato Normativo nº 168/2025

Processo Administrativo: 7000521-21.2023.8.08.0000

Equipes envolvidas: Secretaria de Finanças e Secretaria de Tecnologia da Informação

Resultado obtido para o jurisdicionado: Maior transparência no acompanhamento das despesas públicas, possibilitando acesso facilitado e em tempo real à ordem cronológica dos pagamentos.

Resultado obtido para a Administração: Otimização do controle interno e fortalecimento das práticas de gestão fiscal, garantindo maior confiabilidade e eficiência na divulgação das informações financeiras.

Assunto: **Reestruturação da Secretaria de Finanças – Segregação de Função.** Remanejado da Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira, subordinada à Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária, a Seção de Controle de Contratos e Convênios para a Coordenadoria de Compras, Licitação e Contratos, subordinada à Secretaria de Infraestrutura.

Ato Normativo: Ato Normativo nº 277/2025

Processo Administrativo: 7009226-37.2025.8.08.0000

Equipes envolvidas: Secretaria de Finanças, Secretaria de Infraestrutura e Secretaria Geral.

Resultado obtido para o jurisdicionado: Maior segurança jurídica e confiabilidade na execução orçamentária, com reflexos positivos na correta aplicação dos recursos públicos.

Resultado obtido para a Administração: Atendimento à determinação da Corregedoria Nacional de Justiça, com a adequação da estrutura administrativa, redução de riscos de conflito de interesses e fortalecimento da governança (Relatório de Inspeção Ordinária nº 0001496-54.2024.2.00.0000).

Assunto: **Extrato bancário via EDI.** Implementação de envio automático de extratos via EDI, possibilitando a automação da conciliação bancária do Funepj e das contas de penas pecuniárias.

Ato Normativo: Não se aplica



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

Assunto: **Extrato bancário via EDI.** Implementação de envio automático de extratos via EDI, possibilitando a automação da conciliação bancária do Funepj e das contas de penas pecuniárias.

Processo Administrativo: Sem processo administrativo

Equipes envolvidas: Secretaria de Finanças, Secretaria de Tecnologia da Informação e Banco do Estado do Espírito Santo - Banestes

Resultado obtido para a Administração: Integração entre sistemas, com ganho de eficiência, eliminando controles manuais e reduzindo riscos de inconsistências.

Assunto: **Cartão de Pagamento.** Contratação do Cartão de Pagamento de Suprimento de Fundos, com início de utilização previsto para 01/01/2026.

Ato Normativo: A ser publicado

Processo Administrativo: 7009814-78.2024.8.08.0000

Equipes envolvidas: Secretaria de Finanças, e Banco do Brasil

Resultado obtido para o jurisdicionado: Garantia de maior controle e lisura nos gastos públicos.

Resultado obtido para a Administração: Modernização do mecanismo de pagamento de pequenas despesas, com mais agilidade e transparência e aumento da arrecadação com a remuneração da conta.

Assunto: **Sistema Central de Mandados na 2ª Instância.** Implantação do sistema no 2º grau para viabilizar a geração automática de custas eletrônicas no 2º grau.

Ato Normativo: Ato Normativo nº 52/2015

Processo Administrativo: 7005233-83.2025.8.08.0000

Equipes envolvidas: Secretaria de Finanças, Secretaria Judiciária, Secretaria de Tecnologia da Informação e Sindicato dos Oficiais de Justiça no Estado do Espírito Santo - Sindiofiscais-ES

Resultado obtido para o jurisdicionado: Redução do tempo de tramitação processual.

Resultado obtido para a Administração: Integração entre sistemas, com ganho de eficiência, padronização de rotinas e redução do tempo de tramitação processual.



6.9 SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

6.9.1 - AÇÕES REALIZADAS EM 2025:

A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação consolidou sua posição como um agente estratégico na transformação digital do Poder Judiciário do Espírito Santo. Nossas ações refletem um compromisso contínuo com três pilares fundamentais: a excelência, a inovação e a segurança da informação.

Durante este ano de 2025, implementamos uma série robusta de melhorias estruturais e tecnológicas. Essas entregas resultaram em um impacto positivo direto sobre magistrados, servidores e, principalmente, sobre os cidadãos.

O resultado prático é um ambiente de trabalho mais dinâmico, seguro e acessível, reforçando o compromisso do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo com a inovação e o amplo acesso à justiça. Em suma, as iniciativas demonstram o esforço em construir um sistema de justiça cada vez mais célere e transparente.

Nosso foco estratégico é garantir uma prestação jurisdicional ágil, eficiente e alinhada às demandas contemporâneas da sociedade, bem como às melhores práticas nacionais e internacionais. Buscamos a evolução contínua dos sistemas, a expansão da capacidade tecnológica e o fortalecimento da governança de TIC, em conformidade com as diretrizes da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), instituída pela Resolução CNJ nº 370/2021, e com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) do Tribunal de Justiça.

Todas as ações são orientadas pelos princípios de sustentabilidade, inovação e excelência na prestação dos serviços, em aderência aos demais normativos e políticas institucionais que regem a governança e a gestão de TIC no Poder Judiciário.

INDICADORES DE SUCESSO E GOVERNANÇA

→ Evolução no iGovTIC-JUD

A STIC, com apoio da alta administração, consolidou importantes avanços que contribuíram para a



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

manutenção do nível de Excelência no Índice iGovTIC-JUD 2025, promovido pelo CNJ, alcançando 93,87% de maturidade.

No ranking Geral (94 tribunais avaliados), o TJES passou da 92ª posição em 2023 para a 55ª em 2024, alcançando em 2025 a **24ª posição nacional**. Trata-se de uma evolução expressiva de 68 posições em apenas dois anos, aproximando o Tribunal do grupo de destaque do país.

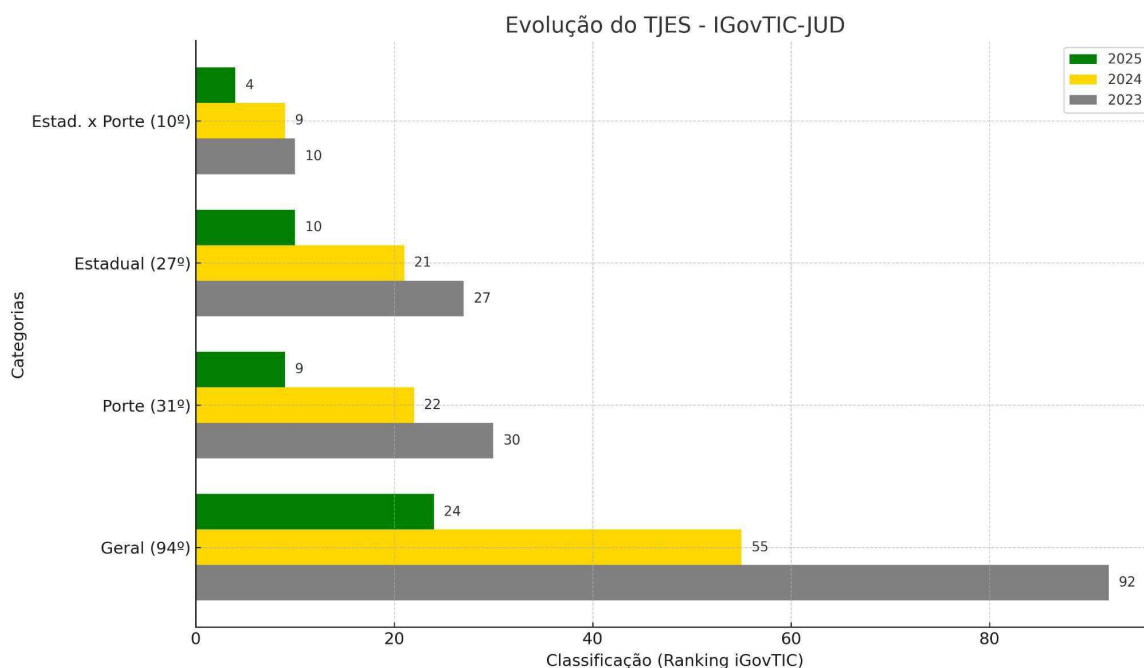


Imagem 01 - Evolução do TJES no iGovTIC-JUD

→ Reestruturação da STIC

Aprovada em 6 de maio de 2025, a nova lei altera dispositivos da LC nº 566/2010, LC nº 234/2002, LC nº 788/2014 e Lei nº 7.854/2004. Promove:

- Redefinição de funções e estrutura;
- Alinhamento às exigências do CNJ;
- Racionalização da legislação.

A alteração possibilita o **aumento da força de trabalho** efetiva da STIC, o que viabiliza a realização de Concurso Público.

Ademais, houve o ingresso de novos servidores em regime de designação temporária - DTs, aumentando a capacidade de atendimento aos projetos, com base na Lei Complementar



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

nº1.086/2024.

→ **Gestão e Atendimento**

Ações realizadas:

- Reforço da equipe de suporte técnico;
- Implantação de indicadores de desempenho.

Até 07 de outubro de 2025, a Central de Atendimento do TJES alcançou o total de 76.275 resolvidos. Soma-se a este feito o alcance de 99,95% no Índice de Qualidade de Atendimento, conforme registros da ferramenta Assyst.



Imagem 02 - Total de chamados abertos X resolvidos.
Fonte: Assyst. Dados atualizados até 08/10/2025.

→ **Realização de Pesquisa de Satisfação 2025**

A pesquisa de satisfação da STIC realizada em 2025 contou com 278 participantes, majoritariamente servidores da 1ª Instância. A avaliação global concentrou-se nos níveis “Regular” e “Bom”, indicando serviços operacionais, porém com necessidade de aprimoramentos.

Principais pontos identificados:

- Infraestrutura: instabilidade e lentidão da rede, especialmente nas comarcas do interior, foram os principais fatores críticos, seguidos por limitações de hardware e suporte técnico.
- Melhorias percebidas: avanços na estabilidade do PJe, alta adesão e satisfação com o Google Drive e melhorias pontuais na internet.
- Atendimento: equipe técnica bem avaliada quanto à cordialidade; principais críticas referem-



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

se à demora na solução de chamados e à comunicação pouco resolutive.

- Sistemas: o SEI apresentou melhor avaliação em estabilidade e usabilidade; o Balcão Virtual ainda possui baixo nível de conhecimento e uso.
- Inovação e gestão: ampla aceitação e interesse no uso de ferramentas de Inteligência Artificial; gestão de TIC percebida como evolutiva, com reconhecimento da competência técnica e alinhamento estratégico.

Direcionamentos prioritários:

- Fortalecer a estabilidade da rede e dos links de dados, com foco no interior;
- Revisar SLAs e aprimorar a comunicação sobre o andamento dos chamados;
- Acelerar a renovação do parque de hardware;
- Ampliar ações de capacitação em inovação e divulgação do Balcão Virtual.

INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA:

→ Conectividade Externa

- **Aumento da largura de banda de Internet em 10 vezes a capacidade do link anterior,** passando de 500 Mbps para 5 Gbps
- **Aumento na capacidade dos circuitos que interligam as unidades remotas ao TJES em 25 vezes,** viabilizando acesso aos serviços judiciais em nuvem tanto quanto acesso à Internet com a migração para a Rede de Fibra óptica do Governo do Estado, mantida pelo PRODEST, passando de 40 Mbps para 1 Gbps.
- **Aumento da capacidade do link de agregação das unidades remotas em 10 vezes,** passando de 1 Gbps para 10 Gbps.
- **Instalação de Wi-Fi corporativo no TJES,** com cobertura das dependências do Tribunal, Corregedoria e EMES, oferecendo conexão estável, segura e de alta velocidade.
- **Atualização tecnológica da rede com novos switches,** sendo instalados na Corregedoria/EMES, em mais 17 unidades do PJES, proporcionando uma rede mais rápida, confiável e segura para a unidade.



→ **Infraestrutura Crítica**

- **Ampliação da Infraestrutura do Sistema PJe**, proporcionando maior estabilidade, velocidade de resposta e capacidade de atender ao crescimento no volume de processos eletrônicos.
- **Substituição do Core WAN**, garantindo mais robustez, escalabilidade e continuidade dos serviços críticos: atualização da infraestrutura de segurança da informação com instalação de novos Firewalls com capacidade para inspeção profunda de pacotes (DPI), prevenção contra intrusões (IPS/IDS) e detecção de ameaças em tempo real.
- **Atualização da infraestrutura de segurança da informação com implantação de nova solução de Antivírus**, garantindo resposta rápida a ameaças emergentes e protege contra malwares, ransomware e outras ameaças avançadas.
- **Atualização da infraestrutura de segurança da informação com implantação de novos Clusters FiltroWeb**, para o controle e filtragem de tráfego web, ampliando a capacidade de processamento e a resiliência do ambiente.
- Migração da nuvem para operação junto ao SERPRO.
- Implantação da redundância do link de fibra óptica concentrador das unidades remotas do PJES

→ **Modernização Base**

- **Contratação e implantação de Cabeamento Estruturado**, garantindo maior eficiência e confiabilidade na comunicação de dados e viabilizando expansões futuras, o qual está em plena execução.
- **Atualização da versão Windows das estações de trabalho** para melhorias em segurança, estabilidade e compatibilidade com novas aplicações, alinhando o parque tecnológico às recomendações de boas práticas.
- **Migração do ambiente VMware on AWS para AWS EC2**, proporcionando ganhos em flexibilidade, escalabilidade elástica e redução de custos operacionais, com manutenção dos níveis de disponibilidade exigidos.

SISTEMAS E INOVAÇÃO:

→ **Evolução do PJe**

- **Digitalização do EJUD para o PJe**: Finalização da migração de processos físicos remanescentes.
- **Implantação dos Novos Autos Digitais**: Aprimoramento da visualização, estruturação e



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

organização dos autos processuais digitais junto ao CNJ.

- **Implantação do Domicílio de Justiça Eletrônico (DJE):** Implantação do serviço de comunicação digital com pessoas físicas e jurídicas, conforme determinação do CNJ pela Resolução nº 455/2022 e nº 569/2024.
- **Implantação do Diário da Justiça Eletrônico (DJEN):** Integração e modernização dos fluxos de publicação no DJE diretamente pelo PJe, conforme determinação do CNJ pela Resolução nº 455/2022.
- **Implantação do Peticionamento Intercorrente:** Liberação da funcionalidade para protocolar documentos em qualquer fase do processo, conforme determinação do CNJ pela Resolução nº 455/2022.
- **Implantação do módulo Juiz de Garantias:** Ajustes sistêmicos para adequação ao novo modelo de jurisdição penal, conforme determinação do CNJ pelas Resoluções CNJ nº 213 de 15/12/2015 e nº 562 de 03/06/2024.
- **Implantação do Plantão Judiciário 1G:** Criação de ambiente específico para atendimento em regime de urgência, conforme Resolução 71/2009 do CNJ.
- **Implantação dos módulos de Custódia e CIASE:** Desenvolvimento de módulos para audiências de custódia e para o CIASE.
- **Implantação das Comarcas Digitais e Secretarias Inteligentes:** Avanço na automação e digitalização integral de unidades judiciais.
- **Implantação do sistema SISPREQ:** Implantação do SisPreq, sistema nacional desenvolvido para a gestão de precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPVs) no âmbito do Poder Judiciário brasileiro.
- **Implantação da Turma de Uniformização de Lei e Plenário da Turma Recursal:** Implantação dos Colegiados Turma de Uniformização de Lei e Plenário da Turma Recursal no âmbito da TURMA RECURSAL.
- **Implantação da Contadoria Judicial Unificada:** implantação da Contadoria Judicial Unificada do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, visando ao cumprimento, centralização, uniformização e padronização dos atos de contadoria.
- **Implantação de Automações:** implementação de automações no PJe dando maior celeridade e diminuindo ações dos usuários:
 - certificação de decurso de prazo,
 - conclusão em processos de Juizados Especiais com pedido de liminar,
 - evolução de Inquérito Policial (279) e



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

- Auto de Prisão em Flagrante,
- vinculação de etiquetas em processos paralisados a mais de 100 dias,
- evolução de classe em competência Infracional.
- **Automação de conclusão automática de pedidos urgentes:** no momento do protocolo da petição inicial, se houver a indicação de que existe pedido de liminar ou de antecipação de tutela – e que o caso não seja de plantão judiciário –, o sistema realizará automaticamente uma série de ações, auxiliando o usuário.
- **Mudança na abertura de chamados no PJe:** Com o novo fluxo de registro, cada colaborador pode detalhar melhor sua solicitação. Desta forma, os tipos de chamados são facilmente detectados e controlados para maior rapidez na resolução.
- **Centro de Monitoramento de infraestrutura incluindo o Sistema PJe em tempo real:** O monitoramento é composto de painéis que mostram gráficos e dados da infraestrutura computacional do PJe.
- PJE Token
- Plantão 2G
- Novos Autos Digitais 2G
- Automação para aviso de inconsistência de dados no processo (assunto, competência, matéria)
- Automação de classe para cumprimento de sentença em processo de competência cível
- Disponibilização e perfil de Gestor de Lotação para a Contadoria Unificada
- Preparação piloto de eCartas

→ Inteligência Artificial, Automação e Eficiência

- **Painéis BI na Microsoft Fabric:** Publicação de painéis interativos com dados estratégicos da instituição, como Metas 2024 e 2025, Painéis de Celeridade para cumprimento aos Critérios do Prêmio CNJ, Monitoramento das avaliações do Balcão Virtual, Execução Orçamentária Institucional.
- **Painéis BI para gestão e governança da STIC:** Publicação de painéis interativos para acompanhamento da gestão e governança da STIC, com dados de execução contratual, orçamento, projetos, etc, atendendo à determinação do CNJ, conforme Portaria nº 406/2025.
- **Sistema Gemini:** Implementação de solução para gestão estratégica com BI e integração sistêmica.
- **Nova intranet com Agente Virtual com IA:** plataforma mais moderna, interativa e com novo



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

layout, dotado de uma assistente virtual desenvolvida com IA (Helena) para atendimento automatizado de dúvidas internas.

- **Implantação de solução de Transcrição de audiências com IA:** Ferramenta de transcrição de áudio e vídeo com o uso de Inteligência Artificial.
- **Implantação de solução de Análise de Precedentes com IA:** O modelo de IA analisa o contexto jurídico de uma petição inicial, sendo capaz de identificar e sugerir casos parecidos.
- **Implantação de solução de Acelerador de geração de minutas com IA:** A ferramenta também opera em conjunto com o acelerador de “análise de precedentes”, ou seja, quando o magistrado solicitar a elaboração de uma sentença, será feita uma consulta às bases dos tribunais superiores e do TJES para assegurar que haja alinhamento com esses julgados.
- **Atendimento Automatizado com voz feito por IA:** A plataforma, que oferece um chatbot com voz, classifica e direciona as solicitações, para automação de possíveis ações. Em andamento.
- **Implantação da solução de IA DANG para Análise de processos e documentos:** versão inovadora de IA que realiza uma vasta pesquisa contextual utilizando simultaneamente diversos documentos para extrair, classificar, organizar as informações e, ao final, ainda apresentar todas as referências utilizadas.
- **Saneamento de Dados da SGP com IA Generativa:** Uso de IA para revisar, corrigir e normalizar dados históricos da Secretaria de Gestão de Pessoas.
- **Saneamento de dados do DataJud:** Ações de saneamento da base DataJud que impactam nos indicadores do Prêmio do Selo de Qualidade do CNJ.
- **Ambientes para Desenvolvimento em Python:** Disponibilização de ambientes homologados para desenvolvimento de soluções com bibliotecas avançadas.
- **Correção Automatizada de Provas com IA:** Aplicação de IA generativa para auxílio na correção de provas do Processo Seletivo de Residentes Jurídicos em Vitória.
- **Migração do ambiente de service desk - Assyst para o ambiente nativo de Nuvem da AWS:** Transição do sistema de gestão de serviços de TI para ambiente em nuvem nativo da AWS, com maior disponibilidade e desempenho.
- **Atualização da Plataforma de Envio ao TCE:** Modernização da ferramenta de transmissão de dados obrigatórios ao Tribunal de Contas do Estado.
- Implantação de dupla abordagem do link de fibra óptica

→ **Novos Sistemas e Inovações**

- **Novo Balcão Virtual:** Entrega da nova versão do Sistema de Balcão Virtual, com interface



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

remodelada, recursos otimizados e tecnologia moderna, incluindo funcionalidade de visualização da fila de atendimento, avaliação de atendimento e gestão pelas unidades atendentes.

- **Implantação da Central de Mandados Unificada:** Criação de módulo de gerenciamento centralizado dos mandados judiciais.
- **Sistema Thema ADMRH:** Apoio técnico na transição para o sistema de folha de pagamento Thema e implantação de novas funcionalidades junto à SGP.
- **Sistema CPTEC:** Criação do Cadastro Eletrônico de Peritos, Tradutores, Intérpretes e Órgãos Técnicos ou Científicos.
- **Sistema de Apresentação Remota e Reconhecimento Facial (SAREF):** Apoio técnico na implantação do sistema junto ao CNJ.
- **Regulamentação do recebimento de custas processuais via “Pix”:** o sistema também passou a permitir o pagamento das guias do PJES diretamente na tela, por Código de Barras ou Pix,
- **Painel de acompanhamento de Réus Presos:** Aplicação voltada para a gestão e controle dos réus que estão sob prisão provisória.
- **Nova Consulta de Jurisprudência:** Novo portal para a consulta das jurisprudências estaduais.

GESTÃO ADMINISTRATIVA

→ Capacitação

- Antirracismo e Equidade Racial:
 - Eixo 1: Reconhecendo a construção do racismo no Brasil
 - Eixo 2: Realizando a gestão com equidade racial
- Aplicação do Power BI;
- Comunicação não violenta;
- Inclusão de gênero;
- Direitos LGBTQIA+;
- Prevenção ao assédio sexual e moral;
- Media Training para servidoras e servidores;
- Engenharia de Segurança em AWS
- Proteção de Dados Pessoais e o Poder Judiciário: Aplicações da LGPD na Prática Judicial e Administrativa



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

→ Participação em Eventos Nacionais

- Gurobi Day Brasil (São Paulo)
- I Congresso de Inovação e Inteligência Artificial no Judiciário
- 12º Encontro Nacional de Tecnologia e Inovação dos Tribunais de Justiça – ENASTIC
- 2.ª Reunião Preparatória para o 19.º Encontro Nacional do Poder Judiciário
- 9º EXPOJUD: Congresso de Tecnologia, Inovação e Direito para o Ecossistema de Justiça

→ Gestão Orçamentária

O acompanhamento da execução orçamentária da STIC é possível em consulta aos painéis de BI específicos, cujos dados são consistentes e extraídos diretamente do Sistema SIGEFES.

[https://app.powerbi.com/view?](https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoizjU0YjkwZDI4MDU5Ny00NzEzLWI3YTktYjlmMDQxODI4OGMwliwidCI6IjgxZDQyNTczLWJjMmYtNGUwMC05M2JlLWZlNDUxMmQ2MWFIMiIsImMiOiF9)

[r=eyJrIjoizjU0YjkwZDI4MDU5Ny00NzEzLWI3YTktYjlmMDQxODI4OGMwliwidCI6IjgxZDQyNTczLWJjMmYtNGUwMC05M2JlLWZlNDUxMmQ2MWFIMiIsImMiOiF9](https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoizjU0YjkwZDI4MDU5Ny00NzEzLWI3YTktYjlmMDQxODI4OGMwliwidCI6IjgxZDQyNTczLWJjMmYtNGUwMC05M2JlLWZlNDUxMmQ2MWFIMiIsImMiOiF9)

→ Novas Contratações

- Aquisição de desktops e monitores - 70063657820258080000.
- Serviços técnicos para saneamento e automação de dados processuais do PJES - 70113242920248080000.
- Consultoria para avaliação e aprimoramento de tecnologias do PJES - 7003325-88.2025.8.08.0000.
- Emissão de certificados digitais A3 CPF com token para servidores do PJES - 7006096392025808.0000.
- Implantação de soluções de Inteligência Artificial para o PJES - 70107276020248080000;
- Contratação de serviços de softwares de licença Microsoft - 70083996020248080000.
- Contratação de sistema unificado de proteção de borda (Firewall) com suporte e treinamento - 70032034620238080000.
- Solução de segurança antivírus - 70060395520248080000.
- Aquisição de certificado digital A1 SSL/TLS para a aplicação b-Cadastro - 70072344120258080000.
- Contratação do serviço b-Cadastros e API CPF Light - SERPRO - 70062289620258080000.
- Contratação de licenças SaaS da solução de webconferência Zoom - 70018344620258080000.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

- Contratação da Plataforma JusBrasil - 7008156-82.2025.8.08.0000.
- Contratação de atualização e expansão do Software Opentext - Solução de Gestão de Identidade - 7008050-23.2025.8.08.0000;
- Aquisição de Notebooks - 7009045-36.2025.8.08.0000;
- Aquisição de Câmeras para salas de audiências - 7008023-40.2025.8.08.0000;
- Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Data Center em nuvem (SERPRO) - 7010811-27.2025.8.08.0000.
- Ata de registro de preços para emissão de certificados digitais - 7001333-92.2025.8.08.0000.

→ Contratações em andamento:

- Ata de Registro de Preços de Workstations, Imac e iPhone - 70037926720258080000;
- Contratação de Centro de Operações de Segurança (SOC) - 7006364-93.2025.8.08.0000;
- Contratação de Outsourcing de impressão - 7002289-11.2025.8.08.0000;

→ Contratações vigentes com formalização de aditivos em 2025:

- Manutenção corretiva e peças novas para servidores Dell PowerEdge R620 e R820.
- Serviços técnicos para sustentação e evolução do sistema PJe.
- Suporte técnico do fabricante para produtos Microfocus/Novel.
- Licenças de software para Gestão e Monitoramento do Planejamento Estratégico.
- Atualização de versões e assistência técnica para licenças Skyhigh Secure Web Gateway (MWG-Mcafee).
- Manutenção de ativos de TI do TJES fora de garantia, com troca de peças fora de garantia.
- Comunicação de dados, voz e imagem com Rede Corporativa MPLS.
- Serviços de Data Center em nuvem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício de 2025 consolidou a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação como um pilar essencial da transformação digital do Poder Judiciário do Espírito Santo. As ações executadas refletem os avanços significativos na governança de TIC, na automação de processos e na modernização da infraestrutura tecnológica, assegurando maior eficiência, transparência e segurança institucional.

A execução orçamentária e o desempenho do plano de contratações demonstram um ritmo



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

consistente de entrega, com resultados expressivos e alinhados às metas estratégicas do Tribunal. Destacam-se, ainda, as iniciativas inovadoras com uso de Inteligência Artificial e soluções em nuvem, que reforçam o compromisso da STIC com a inovação e a excelência operacional.

Assim, o conjunto das ações realizadas em 2025 contribui diretamente para o aprimoramento da gestão tecnológica, fortalecendo a governança e apoiando a missão do TJES de oferecer uma prestação jurisdicional moderna, célere e acessível à sociedade capixaba.

7. PROCESSOS - QUANTITATIVO DE CASOS NOVOS, SENTENÇAS E BAIXAS

No exercício de 2025, o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo recebeu 463.331 casos novos, o que representa um acréscimo de 10,83% no número de casos novos quando comparado com o exercício de 2024, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Casos Novos 2023, 2024 e 2025							
Fase Processual	Ano			Percentual por Ano			Variação (2024/2025)
	2023	2024	2025	2023	2024	2025	
Conhecimento	302.741	331.962	366.306	79,35%	79,40%	79,06%	10,35%
Execução	78.778	86.104	97.025	20,65%	20,60%	20,94%	12,68%
Total	381.519	418.066	463.331	100,00%	100,00%	100,00%	10,83%
Consulta realizada no Painel de Estatística do Justiça em Números - https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/ Parametrização: Conhecimento (Natureza Conhecimento Criminal e Não Criminal) Execução (Natureza Execução extrajudicial; Fiscal; Judicial; Penal)							

A quantidade de sentenças proferidas no exercício de 2025 foi de 483.821, representando um acréscimo de 5,59% quando comparado com o exercício de 2024, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Quantidade de Sentença 2023, 2024 e 2025							
Fase Processual	Ano			Percentual por Ano			Variação (2024/2025)
	2023	2024	2025	2023	2024	2025	
Conhecimento	304.971	347.571	381.188	80,78%	75,85%	78,79%	9,67%
Execução	72.542	110.652	102.633	19,22%	24,15%	21,21%	-7,25%
Total	377.513	458.223	483.821	100,00%	100,00%	100,00%	5,59%
Consulta realizada no Painel de Estatística do Justiça em Números - https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/ Parametrização: Conhecimento (Natureza Conhecimento Criminal e Não Criminal) Execução (Natureza Execução extrajudicial; Fiscal; Judicial; Penal)							



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

No exercício de 2025, o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo teve um total de 443.587 processos baixados, o que representa um decréscimo de 5,89% no número de processos baixados quando comparado com o exercício de 2024, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Quantidade de Processos Baixados 2023, 2024 e 2025							
Fase Processual	Ano			Percentual por Ano			Variação (2024/2025)
	2023	2024	2025	2023	2024	2025	
Conhecimento	307.428	361.114	349.632	81,16%	76,61%	78,82%	-3,18%
Execução	71.350	110.248	93.955	18,84%	23,39%	21,18%	-14,78%
Total	378.778	471.362	443.587	100,00%	100,00%	100,00%	-5,89%
Consulta realizada no Painel de Estatística do Justiça em Números - https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/ Parametrização: Conhecimento (Natureza Conhecimento Criminal e Não Criminal) Execução (Natureza Execução extrajudicial; Fiscal; Judicial; Penal)							

8. GESTÃO DOS PRECATÓRIOS NO EXERCÍCIO DE 2025

Considerando o fim do exercício 2025, a Secretaria de Precatórios elaborou relatório com os principais dados referentes à Gestão de Precatórios, conforme informações que seguem:

I- RELAÇÃO DOS ENTES QUE ESTÃO SUBMETIDOS AO REGIME ESPECIAL DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS:

PLANO ANUAL DE PAGAMENTO 2025 - REGIME ESPECIAL

ENTES DE VEDORES	PERCENTUAL de comprometimento RCL Suficiente	RCL	VALOR ANUAL A SER DEPOSITADO 2	ACERVO 12/2024	PARCELA 2025
ALTO RIO NOVO	4,20%	R\$ 49.521.659,73	R\$ 2.079.909,00	R\$ 491.346,96	R\$ 201.071,25
GUARAPARI	2,29%	R\$ 608.810.572,69	R\$ 13.941.762,00	R\$ 14.771.013,29	R\$ 1.617.011,00
MUQUI	2,42%	R\$ 74.077.267,79	R\$ 1.800.000,00	R\$ 5.724.318,43	R\$ 202.500,00
VIANA	1,00%	R\$ 480.565.658,73	R\$ 4.805.656,00	R\$ 10.586.032,03	R\$ 415.000,00

II – A RELAÇÃO DOS PRECATÓRIOS INSCRITOS NESTA SECRETARIA PODE SER CONSULTADA, POR ENTE DEVEDOR, ATRAVÉS DO SEGUINTE ENDEREÇO ELETRÔNICO:



<https://www.tjes.jus.br/precatorios-2/gestao/regime-juridico-dos-entes-publicos/>
<https://www.tjes.jus.br/precatorios-2/consultas/listas-de-precatorios/>

III – PAGAMENTOS REALIZADOS:

A relação dos pagamentos de precatórios realizados no exercício de 2025 pode ser consultada no endereço eletrônico da página de precatórios:

<https://www.tjes.jus.br/precatorios-2/consultas/precatorios-liquidados-por-ente-%20publico/>

→ Entes com pagamento integral do acervo:

Realizaram o pagamento integral, entre outros:

Estado, INSS, IPAMV, IPASVV, Instituto de Previdência dos Servidores de Aracruz, Instituto de Previdência de Barra de São Francisco, IPACI (Cachoeiro de Itapemirim), IPMG (Guaçuí), Instituto de Previdência de Jerônimo Monteiro, IPASLI (Linhares), Instituto de Previdência do Município da Serra, IPAJM, DER/ES, PROCON/ES, IASES, IDAF, JUCEES, Rádio e TV ES, bem como os Municípios de Afonso Cláudio, Águia Branca, Alegre, Anchieta, Aracruz, Brejetuba, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Castelo, Conceição do Castelo, Divino de São Lourenço, Ibatiba Irupi, Laranja da Terra, Linhares, Mantenópolis, Marataízes, Marilândia, Mimoso do Sul, Montanha, Mucurici, Muniz Freire, Piúma, Rio Novo do Sul, Santa Teresa, São Mateus, Sooretama, Vargem Alta, Venda Nova do Imigrante, além do SAAE Linhares e SAAE São Mateus, Unitins.

→ Entes em parcelamento – EC nº 136/2025

Encontram-se em regime de parcelamento:

- **Baixo Guandu** – R\$ 5.484.886,68 (42 precatórios);
- **Barra de São Francisco** – R\$ 1.165.709,90 (16 precatórios);
- **Conceição da Barra** – R\$ 185.217,36 (1 precatório);
- **Guaçuí** – R\$ 10.108.063,71 (4 precatórios);
- **Itapemirim** – R\$ 4.109.815,17 (87 precatórios);



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA

- **Ponto Belo** – R\$ 943.877,39 (5 precatórios);
- **Vila Velha** – R\$ 84.383.844,09 (98 precatórios).
- **Pedro Canário** – R\$ 931.258,01 (2 precatórios);

→ Entes com pagamento parcial ou suspensão

- **Serra** – R\$ 21.876.226,89 (93 precatórios) – pagamento parcial com suspensão;
- **Vitória** – R\$ 59.679.365,59 (48 precatórios) – pagamento parcial.

No exercício de 2025 a Secretaria de Precatórios realizou o pagamento de mais de 2000 precatórios, o que equivale a mais de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) liberados para aproximadamente 5000 credores.

A Secretaria de Precatórios vem cumprindo rigorosamente o preceituado na legislação vigente, exigindo dos entes públicos os repasses financeiros estipulados pela Constituição Federal, conforme o regime de pagamento em que cada ente está submetido, com o objetivo de liquidação dos precatórios inscritos em seu acervo.

9 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Relatório de Gestão buscou abordar os aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, permitindo à Corte de Contas Estadual e à população em geral obter informações úteis e relevantes que possibilitem a avaliação, de forma ampla, da conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados, evidenciando os resultados dos programas desenvolvidos no âmbito deste egrégio Tribunal de Justiça.